

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	15
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	21
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	22
2.5 Medições não contábeis	25
2.6 Eventos subsequentes as DFs	26
2.7 Destinação de resultados	27
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	28
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	29
2.10 Planos de negócios	30
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	38
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	40
5.2 Descrição dos controles internos	48
5.3 Programa de integridade	52
5.4 Alterações significativas	56
5.5 Outras informações relevantes	57

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresentou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

Exercício findo em 31 de dezembro de		
(Em milhões de R\$, exceto os índices)	2023	2022
Lucro Líquido	587	581
EBITDA ⁽¹⁾	1.078	1051
Patrimônio líquido	1.546	1.405
Endividamento bruto ⁽²⁾	2.690	2.344
Endividamento líquido ⁽³⁾	2.314	2.088
Caixa e equivalentes de caixa (considera títulos e valores mobiliários circulante e não circulante)	376	256
Índice endividamento líquido/endividamento bruto + Patrimônio líquido ⁽⁴⁾	0,5	0,6
Índice endividamento líquido/EBITDA ⁽⁵⁾	2	2

(1) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM 156/22 conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, verificar a seção “2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(2) O endividamento bruto refere-se à soma do saldo de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures e instrumentos financeiros derivativos, líquidos (circulante e não circulante). Para reconciliação do endividamento bruto, verificar a seção “2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras.

(3) O endividamento líquido corresponde ao endividamento bruto deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o endividamento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

líquido de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Endividamento Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira. Para reconciliação do endividamento líquido, verificar a seção "2.5 - Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras.

(4) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pela soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido consolidado.

(5) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2023 lucro líquido de R\$587 milhões, 1% superior ao registrado em 2022. Em Dezembro de 2023, a dívida líquida da Neoenergia Cosern, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.314 milhões (dívida bruta de R\$ 2.690 milhões), apresentando crescimento de 11% (R\$ 226 milhões) em relação a dezembro de 2022. Em relação a segregação do saldo devedor, a NeoenergiaCosern possui 79% da dívida contabilizada no longo prazo e 21% no curto prazo.

Índices de Liquidez	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,96	1,05
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques/Passivo Circulante)	0,96	1,05

Adicionalmente, caso se identifique a necessidade de acessar o mercado para financiar seus investimentos ou para captar recursos para capital de giro, os diretores da Companhia entendem que a Neoenergia Cosern tem capacidade para contratá-los, visto que atualmente tem acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento de seus negócios.

Outros eventos relacionados a situações não administráveis pela Companhia são comentados nos itens subsequentes, assim como seus potenciais efeitos sobre a liquidez.

a. Estrutura de capital

A estrutura de capital da Neoenergia Cosern teve a seguinte evolução no último exercício social:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2023		2022	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Capital de Terceiros	4.115	72,69%	3.863	73,33%
Capital Próprio	1.546	27,31%	1.405	26,67%
Total	5.661	100%	5.268	100%

Em 31 de dezembro de 2023, a participação de terceiros representava 72,69% do passivo total da Companhia, 65,4% deste valor é referente a sua dívida bruta, refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

b. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Neoenergia Cosern apresenta capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, pois adota uma política financeira robusta que busca manter um montante de dívida, estrutura de amortização e prazo médio compatíveis com o ciclo econômico de suas atividades.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As dívidas da Companhia têm aval de sua controladora, a Neoenergia S.A. Os contratos com cláusulas de covenants estão sujeitos aos índices apurados no nível individual e na Holding Neoenergia e esses são apresentados logo abaixo:

Valores em R\$ MM			
Indicador Neoenergia Cosern	2023	2022	2021
Dívida Líquida	2.314	2.088	1.705
EBITDA	1.078	1.051	851
Dívida Líquida/EBITDA	2,15	1,99	2,00

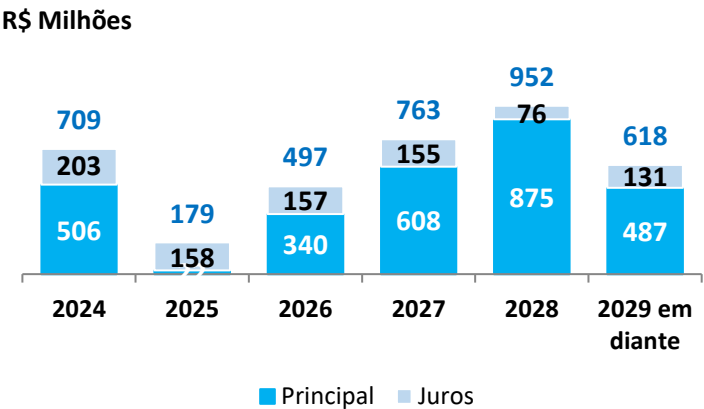
Fonte: DFP

Indicador Neoenergia	2023	2022	2021
Dívida Líquida/EBITDA	2,58	3,15	3,12

Fonte: DFP Neoenergia.

Cronograma de amortização, com data-base de 31/12/2023 (em R\$ milhões):

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas de mercado futuro para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2023. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas informações contábeis de 31 de dezembro de 2023, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Principal	Juros	Instrumentos derivativos	Total
2024	538.707	193.492	(23.370)	708.829
2025	21.510	157.985	1	179.497
2026	339.621	157.077	-	496.698
2027	607.844	154.907	-	762.751
2028	875.439	76.168	-	951.607
Entre 2029 e 2033	324.015	93.180	-	417.196
Entre 2034 e 2038	125.600	35.378	-	160.977
2039 em diante	37.680	2.087	-	39.766
Total	<u>2.870.416</u>	<u>870.274</u>	<u>(23.369)</u>	<u>3.717.321</u>

Em 20 de Dezembro de 2023, a Standard & Poor's – S&P elevou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Companhia e suas subsidiárias (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern) de 'BB-' para 'BB' na Escala Global, com perspectiva estável e reafirmou o rating 'brAAA' na escala nacional. Este movimento foi reflexo da elevação do Rating soberano do Brasil, em razão da aprovação Reforma Tributária.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros.

A Companhia tem como premissa da sua política financeira diversificar as fontes de financiamento de seus investimentos e capital de giro junto a bancos comerciais, organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP, BEI, dentre outros.

A possibilidade de enquadramento prioritário de lastro de capex para posterior emissão de debêntures incentivadas pela Lei 12.431 para o segmento de distribuição foi ampliada pela Portaria MME nº 505, de 24 de outubro de 2016, e posteriormente atualizada pela Portaria MME nº 245 de 27 de junho de 2017. Desde então a companhia vem considerando também esse instrumento como forma de financiamento alternativo ou complementar ao financiamento com os bancos de fomento.

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas operações financeiras são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do passivo financeiro.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A seguir apresentamos as captações realizadas em 2023 (em R\$ mil):

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
<i>Financiamento</i>	15/06/2040	IPCA	98.677
Total e Taxa Média		7,86%	98.677

A seguir apresentamos as emissões no mercado de capitais realizadas em 2023 (em R\$ mil):

Ativo	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
11ª Emissão de Debêntures	15/06/2028	IPCA + 6,4482	500.000
Total			500.000

Para informações mais detalhadas sobre os contratos relevante financiamento da Companhia utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Faz parte da estratégia da Companhia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros a geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo. Eventualmente pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de equacionamento de fluxo de caixa.

Ainda que a Direção entenda que possui uma gestão de caixa conservadora, a Companhia poderá avaliar a manutenção de linhas de *Credit Facility* junto a algumas instituições financeiras, contratadas para cobrir eventuais necessidades.

A Diretoria acredita, com base em seus atuais planos operacionais e de investimento, que o saldo e a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros, provenientes de contratos financeiros junto às instituições financeiras de primeira linha e/ou através de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como, por exemplo, expansão orgânica, compra de equipamentos, dentre outros.

A Companhia pretende manter a estratégia adotada nos últimos anos com a concentração do financiamento dos planos de investimento via bancos de fomento, organismos multilaterais e possíveis emissões de debêntures de infraestrutura. Para Capital de Giro os instrumentos comumente utilizados pela Companhia são: Cédulas de Crédito Bancário (CCB), Linhas de 4131 com Swap, Notas Promissórias e Debêntures.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

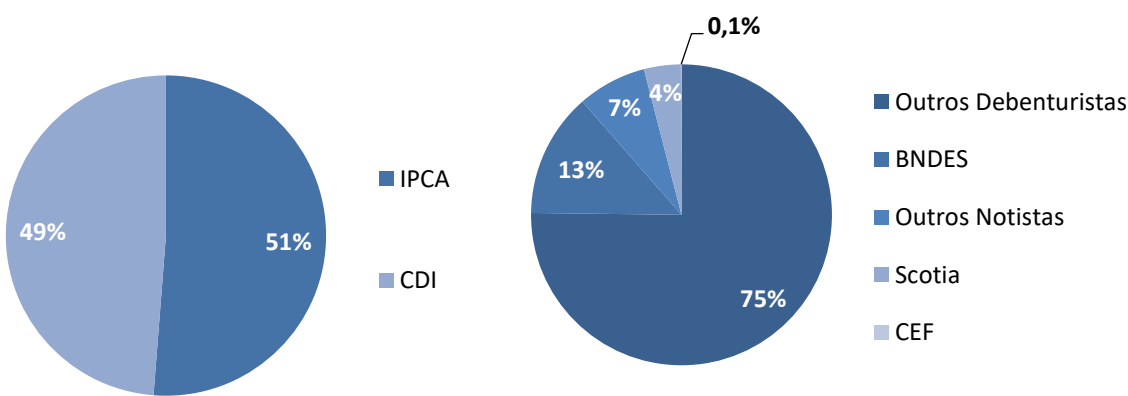
f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Faz parte da política de riscos financeiros do Grupo Neoenergia, buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida. O endividamento total da Companhia é composto pelo somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, conforme apresentado na tabela abaixo:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2023		2022	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Passivo Circulante	1.448	35,19%	1.164	30,13%
Passivo Não Circulante	2.667	64,81%	2.699	69,87%
Total	4.115	100%	3.863	100%

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

Os gráficos e tabela abaixo apresentam as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em 31 de dezembro de 2023 por credor:



A tabela abaixo apresenta os contratos de empréstimo e financiamento mais relevantes:

Credor	Início	Vencimento	Valor do Principal	Saldo em 31/12/2023
Outros Debenturistas	2017 a 2023	2024 a 2029	2.017.660	2.022.818
BNDES	2021 a 2021	2027 a 2040	356.744	359.312
Outros Notistas	2021 a 2021	2026 a 2028	200.000	199.745
Scotia	2021 a 2021	2024 a 2024	93.824	106.496
				2.688.371

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os contratos de empréstimos são utilizados em geral para capital de giro. O principal contrato de empréstimo vigente em 31 de dezembro de 2023 é:

i. Neoenergia Cosern x Scotia: em 30 de dezembro de 2021, a Neoenergia Cosern realizou captação de recursos por meio de empréstimo realizado junto ao Scotia Bank, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 100.000 mil com juros semestrais e amortização no vencimento em 06 de janeiro de 2024. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap para CDI com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio Scotia Bank.

Os contratos de financiamentos são voltados para investimentos em infraestrutura. O principal contrato de financiamento vigente em 31 de dezembro de 2022 foi captado junto ao BNDES: Neoenergia Cosern x BNDES: os programas de financiamento da distribuidora totalizam R\$387.554.000,00 de valor contratado junto ao BNDES. São contratos de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo que são destinados a investimentos voltados para infraestrutura (implantação ampliação e modernização de ativos fixos; aquisição de máquinas e equipamentos; estudos e projetos de engenharia; investimentos ambientais e em P&D).

As emissões de mercado de capitais representam 83% do endividamento bruto em 31 de dezembro de 2023 e as principais operações estão descritas a seguir:

Neoenergia Cosern - 7ª emissão de debêntures (duas séries): em 15 de outubro de 2017, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 7ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$271.438.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2022; a segunda com valor de R\$98.562.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2024. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

Neoenergia Cosern - 9ª emissão de debêntures (três séries): em 22 de maio de 2019, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 9ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$179.500.000,00 e vencimento em 17 de abril de 2026; a segunda com valor de R\$38.500.000,00 e vencimento em 17 de abril de 2029, a terceira com valor de R\$282.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2024. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

Neoenergia Cosern – 1ª Emissão de Notas Comerciais (duas séries): em 22 de dezembro de 2021, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 1ª Emissão de Notas Comerciais, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 66.667.000,00 e vencimento em 21 de dezembro de 2026; a segunda com valor de R\$ 133.333.000,00 e vencimento em 20 de dezembro de 2028. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento (emissão verde).

Neoenergia Cosern – 10ª emissão de debêntures (três séries): em 15 de julho de 2022, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 10ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 500 milhões e vencimento em 15 de julho de 2027; a segunda com valor de R\$ 80 milhões e vencimento em 15 de julho de 2029; e a terceira com valor de R\$ 220 milhões e vencimento em 15 de julho de 2029. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para capital de giro (primeira e segunda série) e investimento (terceira série).

Neoenergia Cosern – 11ª emissão de debêntures (série única): em 21 de julho de 2023, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 11ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R\$ 500 milhões e vencimento em 15 de junho de 2028. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras a exemplo de contratos de arrecadação de faturas de energia elétrica, de administração de contas, de escrituração de ações e debêntures, de conta corrente e transferências bancárias e de prestação e/ou administração de garantias, de administração e gestão de recursos em fundos exclusivos, derivativos, etc. Todos os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram descritos acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, cujas garantias são constituídas principalmente por aval da Neoenergia, fundos vinculados à dívida ou cessão, vinculação e centralização de recebíveis.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

Limite de endividamento:

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Resultado Financeiro, que são apurados na Controladora Neoenergia.

Os contratos de financiamento celebrados com o BNDES para suportar investimentos possuem restrições para a contratação de novas dívidas sem prévia anuência do credor, caso o nível de alavancagem da Companhia, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA, supere parâmetros pré-determinados.

Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuência do credor.

Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. As dívidas captadas junto ao BNDES não permitem alterações societárias sem prévia anuência.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os financiamentos foram integralmente utilizados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras constantes nas demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Estas demonstrações financeiras foram auditadas pela DELOITTE Auditores Independentes nos exercícios de 2023 e 2022, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Demonstração do Resultado (Valores em R\$ mil)

Comparação das Demonstrações de Resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	AH%	AV%	2022	AH%	AV%
RECEITA BRUTA	4.977.054	3%	138%	4.829.799	-2%	136%
(-) Deduções da receita bruta	(1.358.770)	6%	-38%	(1.286.030)	-3%	-36%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.618.284	2%	100%	3.543.769	-2%	100%
Custo do serviço	(2.516.314)	2%	-70%	(2.456.166)	-10%	-69%
LUCRO BRUTO	1.101.970	1%	30%	1.087.603	22%	31%
Perdas de créditos esperadas	(7.039)	-40%	0%	(11.746)	68%	0%
Despesas com vendas	(37.996)	-2%	-1%	(38.619)	-1%	-1%
Despesas gerais e administrativas	(143.555)	5%	-4%	(136.102)	10%	-4%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	913.381	1%	25%	901.136	25%	25%
Resultado financeiro	(285.705)	59%	-8%	(180.065)	159%	-5%
Receita financeira	67.032	-38%	2%	107.690	58%	3%
Despesa financeira	(333.941)	28%	-9%	(260.790)	38%	-7%
Outros resultados financeiros, líquidos	(18.796)	-30%	-1%	(26.965)	-152%	-1%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	627.676	-13%	17%	721.071	11%	20%
Imposto de renda e contribuição social	(40.454)	-71%	-1%	(140.332)	19%	-4%
Corrente	12.024	-118%	0%	(65.683)	7%	-2%
Diferido	(52.478)	-30%	-1%	(74.649)	32%	-2%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	587.222	1%	16%	580.739	9%	16%

Receita Líquida (Valores em R\$ mil)

COMPONENTES DA RECEITA BRUTA	2023	AH%	AV%	2022	AH%	AV%
Fornecimento de energia	1.814.032	-5%	50%	1.901.901	1%	54%
Disponibilidade da rede elétrica	2.216.732	4%	61%	2.136.261	8%	60%
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	87.644	23%	2%	71.252	-27%	2%
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais	246.929	-564%	7%	(53.168)	-115%	-2%
Receita de Construção	396.142	-22%	11%	506.856	33%	14%
Valor de reposição estimado da concessão	149.998	-28%	4%	207.076	36%	6%
Outras Receitas	65.579	10%	2%	59.621	19%	2%
Total da Receita Bruta	4.977.054	3%	138%	4.829.799	-2%	136%
(-) Deduções da receita bruta	(1.358.770)	6%	-38%	(1.286.030)	-3%	-36%
Total receita operacional líquida	3.618.284	2%	100%	3.543.769	-2%	100%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

Fornecimento de Energia Elétrica

O fornecimento de energia elétrica, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 1.814.032 mil, que representa 50% do total da receita operacional líquida, apresenta uma redução de -5% (R\$ 87.869 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.901.901 mil), em função, principalmente, da redução das seguintes subvenções: (i) escassez hídrica (R\$ 33.121 mil); e (ii) modicidade Eletrobras (R\$ 70.039 mil).

Disponibilidade da rede elétrica

A disponibilidade da rede elétrica, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 2.216.732 mil, que representa 61% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 4% (R\$ 80.471 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.136.261 mil), devido o efeito do reajuste tarifário.

Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 87.644 mil, que representa 4% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 23% (R\$ 16.392 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 71.252 mil) em função, principalmente das sobras contratuais, que apesar da redução de 1.217GWh para 1.203GWh, houve aumento no PLD médio NE de R\$ 58,94MWh para R\$ 72,36MWh.

Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

Os valores dos efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais, em 31 de dezembro de 2023, no montante positivo de R\$ 246.929 mil, que representa 7% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 564% (R\$ 300.097 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 53.168 mil de despesa), em função, principalmente, (i) aumento da CVA de ESS (R\$ 196.934 mil); e (ii) aumento da CDE Modicidade Eletrobras (R\$ 76.629 mil).

Receita de Construção

A receita de construção, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 396.142 mil, que representa 11% do total da receita operacional líquida, apresenta uma redução de 22% (R\$ 110.714 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 506.856 mil) em função, do menor volume de investimentos no ano de 2023, sem impacto no resultado, pois se compensa com o mesmo valor no custo.

Valor de reposição estimado da concessão

O valor de reposição estimado da concessão, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 149.998 mil, que representa 4% do total da receita operacional líquida, apresenta uma redução de 28% (R\$ 57.078 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 207.076 mil), em função de: (i) redução da adequação do ativo financeiro mediante estimativa de BRR (Base de Remuneração Regulatória (R\$ 68.119 mil); e (ii) impacto positivo do aumento do índice IPCA (R\$ 10.167 mil).

Outras receitas

Outras receitas, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 65.579 mil, que representa 2% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 10% (R\$ 5.958 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 59.621 mil), com destaque para arrendamentos e aluguéis, em função de novos contratos e reajuste IGPM e IPCA.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta, em 31 de dezembro de 2023, no montante negativo de R\$ 1.358.770 mil, apresenta um aumento de 6% (R\$ 72.740 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.286.030 mil) em função, principalmente de: (i) ICMS (R\$ 12.724 mil), em função do aumento da receita de fornecimento faturado e efeito da alíquota do ICMS de 27% para 18% em 2022 (LC nº 194/2022); (ii) aumento do PIS/COFINS (R\$ 30.563 mil), acompanha o aumento da receita líquida; e (iii) CDE (R\$ 28.284 mil) devido ao aumento das cotas.

Custos e Despesas Operacionais (Valores em R\$ mil)

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	2023	AH%	AV%	2022	AH%	AV%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.407.979)	9%	52%	(1.292.476)	-19%	49%
Encargos de uso do sistema transmissão	(398.301)	8%	15%	(367.141)	-25%	14%
Não Gerenciáveis	(1.806.281)	9%	67%	(1.659.617)	-20%	63%
Pessoal e benefícios a empregados	(153.412)	9%	6%	(140.841)	7%	5%
Administradores	(4.446)	70%	0%	(2.615)	18%	0%
Serviços de terceiros	(144.086)	0%	5%	(143.709)	7%	5%
Depreciação e amortização	(165.021)	10%	6%	(150.346)	15%	6%
Impostos, taxas e contribuições	(1.387)	0%	0%	(1.380)	-27%	0%
Perdas de créditos esperadas	(7.039)	-40%	0%	(11.746)	68%	0%
Custo de construção	(396.142)	-22%	15%	(506.856)	33%	19%
Outros	(27.090)	6%	1%	(25.523)	0%	1%
Gerenciáveis	(898.622)	-9%	33%	(983.016)	21%	37%
Total	(2.704.903)	2%	100%	(2.642.633)	-9%	100%

A composição dos custos e despesas da Companhia é a seguinte:

Energia elétrica comprada para revenda

A energia elétrica comprada para revenda, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 1.407.979 mil, apresenta um aumento de 9% (R\$ 115.503 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.292.476 mil) em função, principalmente de: (i) aumento dos contratos de compras de energia (R\$ 12.343 mil) impacto do condomínio virtual; (ii) aumento da energia CCEE (R\$ 107.311 mil), início de suprimentos de novos contratos e reajustes dos Preços (R\$/MWh) dos contratos concatenados com o reajuste tarifário das distribuidoras; (iii) PROINFA (R\$ 10.017 mil), redução conforme REH ANEEL nº 3.147, de 06/12/2022; (iv) aumento do Ressarcimento de energia (R\$ 12.297 mil), efeito da geração térmica; e (v) redução do crédito de PIS/COFINS (R\$ 6.639 mil).

Encargos de uso do sistema transmissão

Os encargos de uso do sistema de transmissão, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 398.301 mil, apresenta um aumento de 8% (R\$ 31.160 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 367.141 mil) em função, principalmente de: (i) encargos da rede básica (R\$ 33.960 mil), aumento do montante contratado (MUST), aumento da conexão (REH nº 3.187, de 18/04/2023) e Reajuste TUST pela REH nº 3.217, de 04/07/2023; (ii) ESS (R\$ 47.506 mil), redução dos custos do ESS Brasil; (iii) aumento do CONER/EER (R\$ 37.744 mil), pagamento de Encargo de Energia de Reserva; e (iv) aumento do crédito PIS/COFINS (R\$ 6.962 mil).

Pessoal, Administradores e Benefício pós-emprego

As contas de pessoal, administradores e benefício pós-emprego, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 157.858 mil, apresenta um aumento de 10% (R\$ 14.402 mil), quando comparado com 31 de dezembro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de 2022 (R\$ 143.456 mil) em função, principalmente, do reajuste salarial (ACT) e provisão de indenizações PDV.

Serviços de terceiros

Os serviços de terceiros, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 144.086 mil, apresentam um aumento de 0,3% (R\$ 377 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 143.709 mil), variação sem impactos relevantes.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 165.021 mil, apresenta um aumento de 10% (R\$ 14.675 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 150.346 mil), devido ao aumento na base de ativos amortizáveis.

Perdas de créditos esperadas

A PCE, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 7.039 mil, apresenta uma redução de 40% (R\$ 4.707 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 11.746 mil), devido impacto na reversão de cliente da classe poder público, elevando o patamar anual, quando comparado ao ano anterior.

Custo de construção

O custo de construção, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 396.142 mil, apresenta uma redução de 22% (R\$ 110.714 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 506.856 mil), não tem efeito no resultado, pois se compensa com o mesmo valor na receita.

Resultado Financeiro (Valores em R\$ mil)

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	2023	AH%	AV%	2022	AH%	AV%
Renda de aplicações financeiras	41.314	-2%	-14%	42.366	329%	-24%
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	24.767	-44%	-9%	44.596	-10%	-25%
Atualização do ativo/passivo financeiro setorial	(17.432)	-193%	6%	18.662	110%	-10%
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(3.810)	-24%	1%	(5.028)	35%	3%
Despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos	(300.884)	18%	105%	(254.631)	122%	141%
Atualização provisão para contingências/ depósitos judiciais	(13.018)	565%	5%	(1.957)	-67%	1%
Outras receitas (despesas) financeiras	(16.642)	-31%	6%	(24.073)	80%	13%
Resultado Financeiro Líquido	(285.705)	59%	100%	(180.065)	159%	100%

A composição do resultado financeiro líquido da Companhia é a seguinte:

Renda de aplicações financeiras

As rendas de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 41.314 mil, apresentam uma redução de 2% (R\$ 1.052 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 42.366 mil), em função da redução da quantidade de ativos aplicados.

Juros, comissões e acréscimo moratório de energia

Os juros, comissões e acréscimo moratório de energia, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 24.767 mil, apresentam uma redução de 44% (R\$ 19.829 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 44.596 mil), em função da redução do IPCA.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Atualização do ativo/passivo financeiro setorial

A atualização do ativo/passivo financeiro setorial, líquido, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 17.432 mil de despesa, apresenta uma variação negativa de 193% (R\$ 36.094 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 18.662 mil de receita), impacto da CVA ESS e CVA energia, efeito dos custos homologados ativo no IRT/2022 e passivo no IRT/2023, ocasionando maior despesa da atualização financeira.

Despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos

As despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos, líquido, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 300.884 mil, apresentam uma variação líquida desfavorável de 18% (R\$ 46.253 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 254.631 mil). Esse aumento foi decorrente principalmente de: (i) aumento no volume da dívida (R\$ 67.336 mil), (ii) aumento dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento - JOA) (R\$ 719 mil), (iii) redução em função da variação dos principais indexadores - TJLP/IPCA/CDI - atrelados ao endividamento (R\$ 23.894 mil); e (iv) aumento das perdas em operações com NDF (R\$ 1.898 mil).

Atualização provisão para contingências/depósitos judiciais

A atualização provisão para contingências/depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 13.018 mil de despesa, apresenta um aumento de 565% (R\$ 11.061 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.957 mil de despesa), efeito desfavorável em função de: (i) aumento da base de processos trabalhistas e cíveis (R\$ 10.020 mil); e (ii) aumento da variação de depósitos judiciais (R\$ 1.041mil).

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Valores em R\$ mil)

Comparação das principais contas demonstrativas do fluxo de caixa entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

FLUXO DE CAIXA (em R\$ mil, exceto %)	2023	VAR R\$	VAR%	2022
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	706.813	(358.714)	-34%	1.065.527
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(412.580)	126.292	-23%	(538.872)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(174.626)	277.359	-61%	(451.985)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	119.607	44.937	60%	74.670

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado oriundo das atividades operacionais foi de R\$ 706.813 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, resultando em uma redução de R\$ 358.714 mil, quando comparado ao caixa gerado do ano anterior (R\$ 1.065.527 mil), com destaques para: (i) redução do contas a receber de clientes e outros (R\$ 265.198 mil); (ii) redução de ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (R\$ 314.335 mil); e (iii) aumento de outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos (R\$ 192.144 mil).

Atividades de Investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o caixa líquido consumido pelas atividades de investimento totalizou R\$ 412.580 mil, apresentando uma redução de R\$ 126.092 mil, quando comparado ao caixa consumido do ano anterior (R\$ 538.872 mil), principalmente, pela aquisição do ativo de concessão

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de serviço público (ativo contratual) no montante de R\$ 414.179 variando em R\$ 111.751 mil, em relação ao ano anterior (R\$ 525.930 mil).

Atividades de Financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento foi de R\$ 174.626 mil, apresentando uma variação positiva de R\$ 277.359 mil, quando comparado com o exercício social de 2022 (R\$ 451.985 mil). Esta variação deve-se, principalmente, ao efeito líquido dos seguintes fatores:

- (i) Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 598.677 mil em 31 de dezembro de 2023, apresentado uma redução de R\$ 326.408 em relação a 2022 (R\$ 925.085 mil);
- (ii) Amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e pagamento de custos de captação no montante de (R\$ 344.955 mil) em 31 de dezembro de 2023, com uma redução de R\$ 358.533 mil em relação a 2022 (R\$ 703.488 mil); e
- (iii) Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 439.892 mil em 31 de dezembro de 2023, sendo R\$ 240.824 mil, inferior ao pago em 2022 (R\$ 680.716 mil).

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

2023

A Neoenergia Cosern apresenta os resultados de 2023 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Em 2023, a margem bruta de Neoenergia Cosern atingiu R\$ 1.351 milhões, +3% acima do apurado em 2022, em razão da variação da parcela B de +0,25% em abril/23 e de +14,75% em abril/22, além de maiores volumes.

Memória de Cálculo	Ano Atual 2023	Ano Anterior 2022	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	3.618	3.544	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(150)	(207)	Nota 3
(-) Outras receitas	(65)	(60)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	-	Nota 3.3
= RECEITA Operacional Líquida	3.403	3.277	
(+) Custos com energia elétrica	(1.806)	(1.660)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(396)	(507)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(2.202)	(2.167)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	150	207	Nota 3
= MARGEM BRUTA	1.351	1.317	
(+) Custos de operação	(314)	(289)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(38)	(39)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(144)	(136)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	165	150	Nota 6
(+) Outras receitas	65	60	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	-	Nota 3.3
= Despesa Operacional (PMSO)	(266)	(254)	
(+) PCE	(7)	(12)	Demonstrações de resultado
EBITDA	1.078	1.051	
(+) Depreciação e Amortização	(165)	(150)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(286)	(180)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(40)	(140)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	587	581	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

2022

A Neoenergia Cosern apresenta os resultados de 2022 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Em 2022, a margem bruta de Neoenergia Cosern atingiu R\$ 1.317 milhões, +20% acima do apurado em 2021, em razão da variação da parcela B de +14,75% em abril/22 e de +30,63% em abril/21, além do aumento da base de clientes e VNR.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Memória de Cálculo	Ano Atual	Ano Anterior	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	2022	2021	
(+) Receita líquida	3.544	3.616	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(207)	(152)	Nota 3
(-) Outras receitas	(60)	(51)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	1	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	3.277	3.414	
(+) Custos com energia elétrica	(1.660)	(2.084)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(507)	(380)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(2.167)	(2.464)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	207	152	Nota 3
= MARGEM BRUTA	1.317	1.102	
(+) Custos de operação	(289)	(262)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(39)	(39)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administ	(136)	(124)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	150	131	Nota 6
(+) Outras receitas	60	51	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	(1)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMSO)	(254)	(244)	
(+) PECLD	(12)	(7)	Demonstrações de resultado
EBITDA	1.051	851	
(+) Depreciação e Amortização	(150)	(131)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(180)	(69)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(140)	(118)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	581	533	Demonstrações de resultado


(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2023

A energia distribuída total (cativo + livre) pela Neoenergia Cosern foi de 5.938 GWh em 2023, +1,6% vs. 2022, influenciada, principalmente, pelo aumento da base de clientes (+1,7%) e impulsionada por maiores temperaturas e menor volume de chuvas no período. O consumo residencial apresentou aumento de 2,9% em 2023 vs. 2022. O segmento cativo da classe industrial apresentou uma redução de 23,7% em 2023 vs. 2022. A classe comercial cativa apresentou redução de 5,1% em 2023 vs. 2022. Na classe rural observou-se aumento de 3,0% no 2023 vs. 2022. Por fim, as outras classes apresentaram um crescimento de 1,8% no 2023 vs. 2022.

A Neoenergia Cosern apresentou perdas totais 12 meses de 8,19% no 4T23, abaixo do limite regulatório de 10,43%.

	Perdas (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	Aneel 23
	8,28%	8,11%	8,14%	8,07%	7,91%	-0,17%	-0,01%	-0,12%	0,34%	0,28%	8,12%	8,10%	8,02%	8,41%	8,19%	10,43%
	Perdas (GW)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	Aneel 23
527	515	520	521	512	-11	-1	-8	22	18	517	515	513	543	530	690	

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2023 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2022 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) A tabela normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEEL 1000/2021 a partir do 3T22, este impacto é nulo a partir do 3T23. (3) Limite Regulatório 12 meses.

Com relação ao DEC, o mesmo fechou 2023 com 7,62 horas, abaixo do patamar regulatório de 10,21 horas. Já o FEC foi de 3,23 vezes, também abaixo do patamar regulatório de 6,46 vezes.


2.2 Resultados operacional e financeiro

2022

A energia distribuída (cativo + livre) pela Neoenergia Cosern em 2022 foi de 5.844 GWh, -3,1% vs. 2021. Isso é explicado, principalmente, pelas temperaturas inferiores e maior volume de chuvas no período. A classe residencial apresentou queda de 3,6% em 2022 vs. 2021. A classe industrial apresentou redução de 15,7% em 2022 vs. 2021. A classe comercial cativa apresentou redução de 3,9% em 2022 vs. 2021. Na classe rural observou-se queda de 16,6% em 2022 vs. 2021. Por fim, as outras classes totalizaram um crescimento de 0,7% em 2022 vs. 2021.

A partir do 2T22, as perdas foram afetadas pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021, que ampliou o prazo de ampla defesa, aumentando assim o prazo entre a inspeção e a emissão da fatura, o que aumenta o não faturado, afetando o indicador de perdas. Esse efeito é temporário e será carregado na visão 12 meses. Ademais, não há impacto no Resultado Econômico da Companhia.

As Perdas Totais da Neoenergia Cosern na visão 12 meses no 4T22 foram de 8,19%, sem o impacto da REN 1000 foram de 8,12%, apresentando uma queda em relação ao 3T22 e ao 4T21 e seguindo, dessa forma, abaixo do limite regulatório de 10,72%.

	Perdas (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					ANEEL 2022
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	
	8,39%	8,37%	8,32%	8,36%	8,28%	1,39%	1,27%	0,83%	0,23%	-0,17%	9,78%	9,63%	9,14%	8,59%	8,12%	10,72%
	Perdas (GW)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					ANEEL 2022
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	
	561	555	546	539	527	93	84	54	15	-11	654	639	600	553	517	701

2.2 Resultados operacional e financeiro

receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, tendo sido considerando adicional referente a ajuste associado ao SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica) relativo à geração distribuída, contribuindo para o índice final com 0,10%. Para a Base de Remuneração Líquida, o valor homologado foi de R\$ 3.448 milhões, a valores de abril de 2023, refletido o reconhecimento dos investimentos realizados. Quanto às Perdas Elétricas Totais Regulatórias reconhecidas na tarifa, a Aneel estabeleceu o percentual equivalente a 10,25% sobre a energia injetada.

Em 19 de abril de 2022, a Neoenergia Cosern teve seu reajuste tarifário aprovado pela Aneel, com efeito médio para o consumidor de 20,36%, aplicado desde 22 de abril. A variação da Parcela A foi de 10,76%, totalizando R\$ 1.928,7 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 45,05% dos encargos setoriais e 9,46% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 242,32/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 14,75%, (R\$ 1.200,6 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, deduzida do Fator X, de 0,02%.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indicadores e índices macroeconômicos que influenciam as operações realizadas pela Companhia são:

- Receitas
 - PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica.
 - Inflação: os índices IGP-M e IPCA reajustam as tarifas de fornecimento de energia elétrica.
 - Taxa de câmbio (dólar americano): índice de parte da parcela de reajuste das tarifas de fornecimento de energia elétrica.
 - CDI: indicador a qual a maioria das aplicações estão vinculadas.
- Despesas
 - CDI: principal indexador das dívidas da Companhia. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente a sua capacidade de pagamento.
 - Taxa de Câmbio (dólares americanos): parte da compra do gás para geração da energia é corrigida pela variação cambial
 - Inflação: repercute nos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação.

Ambiente Macroeconômico

No início de 2023, as projeções para a economia vislumbravam um cenário de taxas de juros elevadas em virtude do panorama inflacionário e incertezas na frente fiscal.

Nesse cenário, o Relatório Focus do Banco Central de 30 de dezembro de 2022, projetou para 2023 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,80%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,31%, com Taxa Selic ainda em alta, com expectativa de fechar 2023 em 12,25%.

A primeira metade do ano foi marcada por um cenário turbulento na economia global, com inflação elevada nas principais economias, o que levou os Bancos Centrais a elevarem ainda mais as taxas de juros como medida para conter a inflação.

No Brasil, o primeiro semestre foi caracterizado por um mercado de crédito restritivo, mas com surpresas positivas no PIB provenientes do agronegócio.

A partir do segundo semestre de 2023, pouco a pouco, os Bancos Centrais das principais economias começaram a sinalizar que o fim do aperto fiscal estava mais próximo, ao passo que no Brasil, que iniciou

2.2 Resultados operacional e financeiro

seu aperto mais cedo, viu seu Banco Central dar início a redução dos juros com cortes consecutivos de 0,50 p.p. na Taxa Selic, que encerrou 2023 em 11,75%.

Já a inflação medida pelo IPCA encerrou 2023 com alta acumulada de 4,62%, dentro das bandas da meta de inflação e abaixo da registrada em 2022, de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao PIB, a economia encerrou 2023 com perspectiva de crescimento de 3,2%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano.

O índice Ibovespa encerrou 2023 com uma alta de 22,28%, crescimento este caracterizado pelo menor receio do mercado, refletindo a melhoria do cenário macroeconômico a partir da segunda metade do ano, principalmente com as expectativas de queda nos juros nos Estados Unidos e maior otimismo com cenário fiscal brasileiro.

Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de 5,1% em relação a 2022, influenciado pelas altas temperaturas e baixo volume de chuvas no segundo semestre do ano nas diversas regiões do país.

2023

No ano de 2023, o resultado líquido da renda de aplicações financeiras e do serviço da dívida (encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos) apresenta piora de R\$ 46 milhões quando comparado ao ano anterior:

Piora de R\$ 45 milhões no resultado do serviço da dívida na comparação com 2022, explicada majoritariamente pelo aumento de 17% no saldo médio da dívida da empresa em relação ao ano anterior, devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia (principalmente para atender a expansão do mercado e melhorar os padrões de qualidade e de eficiência operacional na distribuidora, bem como para o combate de perdas comerciais e técnicas). Além disso, houve o aumento de 0,65 ponto percentual do CDI no período (49% do endividamento da companhia está atrelado ao indexador).

A Renda de Aplicações Financeiras apresentou piora de R\$ 1 milhão, quando comparada ao ano anterior, explicada pelo seguinte fator:

(i) Redução de 2% do volume médio aplicado (efeito negativo de R\$ 1 milhão).

2022

Em 2022, o resultado líquido da renda de aplicações financeiras e do serviço da dívida (encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos) apresenta piora de R\$ 108 milhões quando comparado ao ano anterior:

Piora de R\$ 140 milhões no resultado do serviço da dívida na comparação com o 2021, explicada majoritariamente pelo aumento de 7,97 pontos percentuais do CDI no período (64% do endividamento da companhia está atrelado ao indexador). Além disso, houve o aumento de 39% no saldo médio da dívida da empresa em relação ao ano anterior, devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia (principalmente para atender a expansão do mercado e melhorar os padrões de qualidade e de eficiência operacional na distribuidora, bem como para o combate de perdas comerciais e técnicas).

A Renda de Aplicações Financeiras apresentou melhora de R\$ 32 milhões, quando comparada ao ano anterior, explicada pelos seguintes fatores:

2.2 Resultados operacional e financeiro

- (i) Aumento do rendimento médio (efeito positivo de R\$ 19 milhões): seguindo o aumento de 7,97 pontos percentuais no CDI acumulado no período;
- (ii) Aumento de 46% do volume médio aplicado (efeito positivo de R\$ 13 milhões).

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos 2 últimos anos:

Índices	2023	2022
CDI	13,04%	12,39%
TJLP	7,05%	6,78%
Δ USD¹	-0,3764	-0,3628
IPCA²	4,68%	5,90%
IPCA³	4,62%	5,78%

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada no ano (M-1).

Nota 3: considera a inflação contabilizada no ano.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

2023

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 01 de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2022

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2021

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 01 de janeiro de 2021 não geraram diferenças nas práticas contábeis já adotadas.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em de 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 não foram introduzidos ou alienados nenhum segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ano 2023

Em 26 de setembro de 2023 ocorreu o fechamento da operação (Comunicado ao Mercado <https://ri.neoenergia.com/resultados-e-indicadores/documentos-cvm/>), que aportou simplificação societária e consolidação de resultados às respectivas Controladoras, após o cumprimento de determinadas condições precedentes, dentre elas Aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), anuência de credores, reorganização dentro do grupo Eletrobras no âmbito da qual a Eletronorte passou a ser a única titular das Participações Eletronorte, e à observância de direitos de preferência de terceiros. Com o fechamento da transação, a Neoenergia passa a consolidar 100% (cem por cento) da operação da Energética Águas da Pedra S.A. – EAPSA (UHE Dardanelos), com uma capacidade instalada total de 261 MW e deixa de ter qualquer participação na Usina Hidrelétrica de Teles Pires (Teles Pires). Com relação ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda”), o qual tem por objeto a alienação, pela Companhia à Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”), das ações ordinárias representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., a Companhia informa que as condições precedentes vêm sendo cumpridas, de modo que o fechamento da operação está previsto para ocorrer no quarto trimestre de 2023. Com esta operação, a Neoenergia passou a deter 93,09% da Neoenergia Cosern. Antes desta operação a Neoenergia detinha 93,05% de participação na Neoenergia Cosern.

Ano 2022

Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças (Operação em Andamento)

Em 16/12/2022, a Neoenergia publicou Fato Relevante (<https://ri.neoenergia.com/resultados-e-indicadores/documentos-cvm/>) informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Neoenergia S.A. e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Eletronorte, celebraram, o Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram a permuta de participações acionárias.

Na operação, a Neoenergia transfere em permuta à Eletronorte: (i) ações ordinárias representativas de 50,56% do capital social total e votante da Teles Pires Participações S.A., cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 327.953.113,06 (trezentos e vinte e sete milhões novecentos e cinquenta e três mil cento e treze reais e seis centavos); (ii) ações ordinárias representativas de 0,9% do capital social total e votante da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 5.891.373,29 (cinco milhões, oitocentos e noventa e um mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos); e (iii) ações ordinárias representativas de 100% do capital social total e votante da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. (consorciada líder e titular de 51% do Consórcio UHE Baguari), cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$453.982.064,74 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) (em conjunto, as “Participações Neoenergia”).

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

A Eletronorte transfere em permuta à Neoenergia: (i) ações ordinárias representativas de 49% do capital social total e votante da Energética Águas da Pedra S.A. -EAPSA, cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 784.512.073,36 (setecentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e doze mil, setenta e três reais e trinta e seis centavos); (ii) 95.981 (noventa e cinco mil, novecentas e oitenta e uma) ações ordinárias, 10.885 (dez mil, oitocentas e oitenta e cinco) ações preferenciais Classe A e 20 (vinte) ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia ("Neoenergia Coelba"), no montante de R\$ 2.598.041,06 (dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quarenta e um reais e seis centavos); (iii) (a) 46.654 (quarenta e seis mil, seiscentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, 8.901 (oito mil, novecentas e uma) ações preferenciais Classe A e 9.473 (nove mil, quatrocentas e setenta e três) ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte ("Neoenergia Cosern") no montante de R\$ 603.760,69 (seiscentos e três milhões, setecentos e sessenta mil reais e sessenta e nove centavos); e (iv) 26.328 (vinte e seis mil, trezentas e vinte e oito) ações ordinárias de emissão da Afluente Transmissão de Energia Elétrica no montante de R\$ 112.675,99 (cento e doze mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos) (em conjunto, as "Participações Eletronorte").

O valor da Operação é de R\$ 787.826.551,09 (setecentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais e nove centavos).

A Operação aportará simplificação societária e consolidação de resultados às respectivas Controladoras, e o fechamento está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes, dentre elas Aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), anuência de credores, reorganização dentro do grupo Eletrobras no âmbito da qual a Eletronorte passará a ser a única titular das Participações Eletronorte, e à observância de direitos de preferência de terceiros.

Ano 2021

Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("CCV") de emissão da Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Afluente T para a alienação pela Previ à Neoenergia

Em 16 de setembro de 2021, a Neoenergia divulgou comunicado ao mercado informando que, em cumprimento à obrigação estabelecida na Cláusula 15.5 do Acordo de Acionistas, celebrou com a Previ, naquela data (e com o fechamento estipulado para 15 de outubro de 2021) CCV para a alienação pela Previ à Neoenergia das seguintes participações societárias: (i) 4.621.407 (quatro milhões, seiscentas e vinte e uma mil, quatrocentas e sete) ações ordinárias e 1.385.110 (um milhão, trezentas e oitenta e cinco mil, cento e dez) ações preferenciais classe A de emissão da Neoenergia Coelba, representativas de 2,29% (dois inteiros e vinte e nove centésimos por cento) do capital social total da Neoenergia Coelba ("Ações Neoenergia Coelba"); (ii) 1.854.848 (um milhão, oitocentas e cinquenta e quatro mil, oitocentas e quarenta e oito) ações ordinárias, 359.031 (trezentas e cinquenta e nove mil e trinta e uma ações) ações preferenciais classe A e 382.135 (trezentas e oitenta e duas mil, cento e trinta e cinco ações preferenciais classe B de emissão da Neoenergia Cosern, representativas de 1,54% (um inteiro e cinquenta e quatro centésimos por cento) do capital social total da Neoenergia Cosern ("Ações Neoenergia Cosern"); e (iii) 1.445.606 (um milhão, quatrocentas e quarenta e cinco mil, seiscentas e seis) ações ordinárias de emissão da Afluente T, representativas de 2,29% (dois inteiros e vinte e nove centésimos por cento) do capital social total e votante da Afluente T ("Ações Afluente T" e, em conjunto com as Ações Neoenergia Coelba e as Ações Neoenergia Cosern, as "Ações Objeto do CCV").

Em 15 de outubro de 2021, a Neoenergia divulgou novo comunicado ao mercado informando que, naquela data, ocorreu o fechamento do CCV, (a) tendo sido transferidas pela Previ à Neoenergia as Ações Objeto do CCV e (b) tendo sido transferido o preço relativo às Ações Objeto do CCV. O preço pago pela Neoenergia à Previ pela totalidade das Ações Objeto do CCV, em 15 de outubro de 2021, foi de R\$220.458.756,14, sendo (a) R\$181.435.919,23 referentes às ações da Neoenergia Coelba; (b)

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

R\$32.790.269,11 referentes às ações da Neoenergia Cosern; e (c) R\$6.232.567,79 referentes às ações da Afluente T.

No exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 não foram introduzidos na Companhia ou alienados nenhum segmento operacional.

c. **Comentários sobre os eventos ou operações não usuais**

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras.

Valores em R\$ mil	Exercício social terminado em:		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
LAJIDA	1.078.402	1.051.482	851.009

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Conciliação do LAJIDA - R\$ mil	Exercício social terminado em:		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
(=) Lucro Líquido	587.222	580.739	532.532
(+) Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	40.454	140.332	117.778
(-) Resultado Financeiro	285.705	180.065	69.556
(+) Depreciação e Amortização	165.021	150.346	131.143
(=)LAJIDA	1.078.402	1.051.482	851.009

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

O EBITDA é um indicador não contábil comumente utilizado no mercado para demonstrar uma aproximação da geração operacional de caixa decorrente das atividades da empresa, não considerando os efeitos dos impostos e contribuição sobre o lucro e o resultado financeiro, bem como a depreciação e amortização dos ativos permanentes. Adicionalmente por ser um indicador de referência de mercado, também é um importante instrumento de avaliação do desempenho do negócio quando comparado com empresas do mesmo setor e demais setores da economia.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS e tampouco deve ser considerado isoladamente como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA é apresentado como informação adicional porque a Companhia acredita se tratar de um indicador importante de seu desempenho operacional para os investidores. No entanto, nenhuma informação deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou, ainda, como medida da lucratividade da Companhia. Além disso, os cálculos da Companhia seguem o disposto na Instrução CVM 156/2022 e podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

2023

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de fevereiro de 2024.

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social findo que as altere substancialmente.

2022

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2023.

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social findo que as altere substancialmente.

2021

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2022.

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social findo que as altere substancialmente.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

A Diretoria Executiva das empresas do Grupo Neoenergia, quanto a destinação dos resultados sociais, levará em consideração, em seu planejamento estratégico, objetivos específicos e mensuráveis que buscam otimizar a rentabilidade e criação de valor para o acionista de forma sustentável considerando a legislação aplicável e princípios de governança corporativa reconhecidos.

	2023	2022
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>(i) O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, apurado nos termos da Lei, destinará 5% para constituição da Reserva Legal, até que seu montante atinja 20% do Capital Social; e</p> <p>(ii) O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da Lei 11.638/2007 reconhecido no resultado da Companhia foi transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.</p>	
a.i. Valores das Retenções de Lucros	O movimento das reservas no final do exercício foi de: (i) Reserva de incentivo fiscal: R\$ 132.646 mil.	O movimento das reservas no final do exercício foi de: (i) Reserva de incentivo fiscal: R\$ 68.737 mil.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	22,6%	11,8%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que: (i) o pagamento de 25% do lucro líquido ajustado a título de dividendo mínimo obrigatório após as deduções previstas nas regras sobre retenção de lucros descrito no item 2.7.a.; (ii) a Companhia poderá levantar balanços intercalares e, com base neles, distribuir dividendos, desde que total de dividendos pagos nesses balanços não exceder o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76; e (iii) o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.429, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais; e</p> <p>As ações preferenciais classe “B” terão prioridade na distribuição de dividendo e reembolso de capital, somente após a distribuição de dividendos e reembolso de capital das preferenciais classe “A”, e terão direito a dividendos de no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.</p>	
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A Companhia segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição de lucro líquido uma vez ao ano. Entretanto, nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários e Juros sobre Capital Próprio mais de uma vez ao ano, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.	
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p><u>Reserva de Incentivo Fiscal:</u> O valor relativo ao incentivo SUDENE, apurado a partir da vigência da Lei 11.638/2007 é contabilizado no resultado do exercício e posteriormente transferido para a conta de Reserva de Lucro (Reserva de Incentivo Fiscal – SUDENE), devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, portanto não podendo ser distribuído como dividendos;</p> <p><u>Financiamento:</u> Os contratos de financiamentos não possuem restrições de pagamentos de dividendos acima do mínimo obrigatório, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações contratuais.</p>	
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	A política de destinação do resultado está disposta no capítulo VI, do Estatuto Social da Companhia, disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (http://ri.neoenergia.com/governanca/estatutos/).	

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Comentários sobre os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

	<u>Compra de Energia</u>
2025	1.270
2026	1.352
2027	1.430
2028	1.494
2029	1.458
Entre 2030 e 2034	10.714

Fonte: DFP (R\$ MM)

iii. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de construção de infraestrutura de longo prazo como segue:

	<u>Construção de Infraestrutura</u>
2025	423
2026	488
2027	542
2028	537
2029	589
Entre 2030 e 2034	4.692

Fonte: DFP (R\$ MM)

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve contratos de recebimentos futuros de financiamentos, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve outros itens, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, não houve transações que alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento

Em 2023, a Neoenergia Cosern investiu um montante de R\$ 425.433 mil e investimento direto líquido de R\$ 413.073 mil, sendo R\$ 230.943 mil na expansão do sistema elétrico com construção e ampliação de subestações, construção de linhas e ligações de clientes, conforme detalhado na tabela a seguir para 2023, bem como para os anos de 2022 e 2021:

Investimento em R\$ mil Natureza Investimento	2023	2022	2021
Expansão de Rede	(230.943)	(250.439)	(183.438)
Programa Luz para Todos	-	-	-
Novas Ligações	(147.524)	(134.689)	(101.652)
Novas SE's e RD's	(83.419)	(115.750)	(81.787)
Renovação de Ativos	(75.369)	(80.970)	(59.084)
Melhoria da Rede	(54.013)	(88.446)	(49.559)
Perdas e Inadimplência	(19.055)	(30.167)	(24.107)
Outros	(39.139)	(54.899)	(45.937)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(6.914)	(27.324)	(32.809)
(=) Investimento Bruto	(425.433)	(532.245)	(394.935)
SUBVENÇÕES	5.446	5.155	1.822
(=) Investimento Líquido	(419.987)	(527.089)	(393.113)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	6.914	27.324	32.809
(=) Investimento Direto Líquido	(413.073)	(499.766)	(360.304)

A Neoenergia Cosern pretende investir entre os anos de 2024 a 2027 um montante líquido de cerca de R\$ 2,1 bilhões.

Tais investimentos visam à expansão e reforço de suas redes de distribuição para suportar o crescimento econômico de sua área de concessão, garantindo assim a capacidade energética devida, bem como robustez de sua infraestrutura, assegurando a confiabilidade e a qualidade do serviço prestado.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Neoenergia Cosern financia parte do seu Programa de Investimentos por meio de linhas de crédito providas de bancos de desenvolvimento e agências multilaterais, bem como o mercado de capitais doméstico, por meio de debêntures de infraestrutura.

No ano de 2023, foram liberados R\$ 599 milhões, sendo (i) R\$ 99 milhões junto ao BNDES, referente ao contrato celebrado em setembro de 2020 e (ii) R\$ 500 milhões captados junto ao BNP Paribas referentes à 11ª emissão de debêntures..

No ano de 2022 foram liberados R\$ 125 milhões junto ao BNDES, referentes ao contrato celebrado em setembro de 2020 e R\$ 800 milhões referentes à 10ª emissão de debêntures;

No ano de 2021 foram liberados R\$ 128 milhões junto ao BNDES, referentes ao contrato celebrado em setembro de 2020, R\$ 200 milhões referentes à 1ª emissão de notas comerciais e R\$ 100 milhões via 4131 com swap junto ao Scotiabank.

2.10 Planos de negócios

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em março de 2024, a Neoenergia comunicou que seu Conselho de Administração aprovou o lançamento de oferta pública de aquisição de ações ordinárias (“ON”) e de ações preferenciais Classe “A” (“PNA”) e Classe “B” (“PNB”), para conversão de registro de emissor Categoria A para Categoria B da Neoenergia Cosern (“OPA de Conversão de Registro”). Em abril de 2024, foi convocada a Assembleia Especial em atendimento a pedido formulado pela acionista minoritária Uptick Participações S.A., titular de mais de 10% das ações em circulação da Neoenergia Cosern, para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Neoenergia Cosern. A OPA de Conversão de Registro segue paralizada no âmbito da CVM e B3 até que se defina pelo novo preço ou pelo cancelamento do processo.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável. Não existem outras aquisições relevantes já divulgadas pela Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) são regulados pela ANEEL e cumprem o que determina a Lei 9.991/2000, nas quais as empresas de distribuição devem destinar 0,50% da sua receita operacional líquida (ROL) para Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, 0,50% em Programas de Eficiência Energética (EE) e para as empresas de geração e transmissão devem ser 1% de sua ROL apenas em Programas de PDI.

A Companhia, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos seus valores, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em suas empresas os conhecimentos necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de PDI podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e, no período de 2021 a 30 de setembro de 2023, deverão ser propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (PROP&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A partir de 1º de outubro de 2023, deverão ser propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação — PROPD.

Segundo as diretrizes básicas do Programa de PDI, todo projeto de PDI deve ser enquadrado em uma das fases da cadeia da inovação, podendo ser classificado como pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, cabeça de série, lote pioneiro ou inserção no mercado.

Considerando esses conceitos, os 12 projetos de PDI em andamento, no período de 2021 a 2023, da Companhia, listados abaixo, referem-se às fases da cadeia de inovação da pesquisa básica dirigida, da pesquisa aplicada ou do desenvolvimento experimental sendo considerados projetos de pesquisa:

PD-7284-0001/2016 – Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas. Este projeto conta com a cooperação da Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba, Afluente T, Narandiba e Consórcio Energética Águas da Pedra – EAPSA. Ele tem por objetivo a obtenção de *hardware* e *software* para aplicação prática do método da Superposição Modificado para o compartilhamento da contribuição harmônica entre a rede, a carga e as unidades de geração convencional ou não, com determinação das parcelas de responsabilidades entre as partes envolvidas.

2.10 Planos de negócios

PD-0043-0316/2016 – Sistema de Detecção de Água em Óleo de Transformador Usando Microondas. O projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, a Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern. O projeto objetiva desenvolver um Sensor baseado em microondas para monitorar e detectar o teor de água no óleo de transformador através do monitoramento permanente (on-line) dos transformadores de SEs na faixa de 1ppm, elevando consideravelmente o nível de confiabilidade e vida útil do transformador por manter a fração de água sempre em níveis bem abaixo do máximo estabelecido pela norma. A solução compreende um sistema portátil, tão confiável quanto a cromatografia, que realiza medidas em tempo real de forma contínua utilizando radiação na faixa de microondas, enviando estes valores a um banco de dados da concessionária.

PD-2290-0051/2016 – Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Geração Heliotérmica de Energia Elétrica. O projeto é cooperado entre as empresas Termopernambuco, Itapebi, Baguari I, EAPSA, Teles Pires, além das distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. O projeto tem como objetivo a implantação de uma planta piloto de geração heliotérmica, do tipo cilindro parabólico, com campo solar de 5.16 MWte, bloco de potência de 0,5 MW e sistema de armazenamento térmico de 3h, que será conectada ao processo industrial da Santa Efigênia Agropecuária, parceira nesse projeto.

PD-0043-0516/2016 – Otimização Multiobjetivo de Recursos Energéticos Distribuídos visando Sustentabilidade e Confiabilidade em Microrredes Isoladas incluindo Sistema de Armazenamento de Energia com Baterias. O projeto é cooperado entre as empresas Neoenergia Pernambuco, Itapebi, Termopernambuco, Teles Pires, Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern, e tem como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia para otimização de gerenciamento de sistema híbrido de geração de energia fotovoltaica (PV), diesel e sistema de armazenamento de energia (SAE), baseada e validada em projeto piloto operando em região isolada. O projeto piloto contará com duas tecnologias de baterias, Li- Íon e Fluxo de Vanádio, operando em simultâneo.

PD-0047-0083/2018 – Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. Propõe-se o Estudo da aplicação de microrredes como solução em massa para universalização, investigando tecnologias, custos e ganho socioeconômico para os eletrificados em 6 plantas piloto. A partir de dados dos pilotos, será desenvolvido gerenciador de energia para microrredes com presença de supercapacitores.

PD-00047-0082/2019 – Desenvolvimento de Tecnologias de Armazenamento de Energia Elétrica para uso em Equipamento da Rede de Distribuição. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. Tem como objetivo desenvolver Tecnologia de armazenamento de energia para utilização nos equipamentos de rede com a finalidade de prolongar a vida útil das fontes de armazenamento de energia (em geral, 2 anos) equiparando-as aos equipamentos de rede (acima de 10 anos).

PD-00047-0086/2019 – GODEL - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes – Módulo de Medição. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. Pretende-se desenvolver uma metodologia e construir laboratórios para a validação de protocolo de medição e comunicação garantindo interoperabilidade para todas as camadas do modelo OSI. Na camada de aplicação, será desenvolvido o padrão brasileiro do protocolo DLMS. Nas camadas mais baixas, propõe-se o uso dos protocolos PRIME e WI-SUN.

PD-00047-0085/2019 – Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. O objetivo é desenvolver uma torre móvel em plataforma veicular para estruturas de subtransmissão em 69 e 138kV, com altura útil de 16m e esforço de 1500kgf a serem rebocados por uma caminhonete, com homologação do CONTRAN. Quando necessário, o transporte será feito por trator e escavadeira em locais de difícil acesso.

2.10 Planos de negócios

PD-00047-0090/2020 – SMARTF: Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro. Este projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. O objetivo é desenvolver metodologia e ferramenta computacional para definição da estratégia de negócios das distribuidoras do grupo Neoenergia, considerando cenários de trajetória regulatória, de evolução das redes, do comportamento do consumidor, modelos econômicos e inserção de recursos energéticos distribuídos.

PD-00040-0024/2020 – Sistema de Diagnóstico, Inspeção e Cadastro Automático de Ativos Elétricos utilizando VANTs. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. O objetivo do projeto é desenvolver um VANT (Veículo aéreo não tripulado) auto-carregável com dois propósitos: inspeções em linha de distribuição e transmissão e cadastro remoto de ativos. Atualmente na área de distribuição são realizadas coletas das imagens para análise pelo operador, para que, em um segundo momento sejam analisados os defeitos via software. Os VANTs são aplicados, principalmente na coleta de imagens a longas distâncias. Existem, também, projetos de PDI vinculados a ANEEL para a realização de inspeções visuais em linhas de distribuição, no entanto nestas pesquisas, os robôs eram fixos à linha e/ou não permitiam realizar coleta de imagens em 3D.

PD-00043-0122/2022 – Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens. O objetivo do projeto é desenvolver um sistema com inteligência artificial para identificação de não conformidade de ações por equipes de campo, tais como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos. O projeto é cooperado entre as distribuidoras da Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro e Neoenergia Brasília.

PD-0385-0074/2022 – Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia. Consiste no desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de *machine learning*, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuídas Neoenergia. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

Em 2021, foram encerrados 02 projetos: (i) PD-7284-0001/2016 – Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas; (ii) PD-0043-0316/2016 – Sistema de Detecção de Água em Óleo de Transformador Usando Microondas.

Em 2022, foram encerrados 05 projetos, são eles: (i) PD-2290-0051/2016 – Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Geração Heliotérmica de Energia Elétrica; (ii) PD-0043-0516/2016 – Otimização Multiobjetivo de Recursos Energéticos Distribuídos visando Sustentabilidade e Confiabilidade em Microrredes Isoladas incluindo Sistema de Armazenamento de Energia com Baterias – SIAE; (iii) PD-00047-0082/2019 - Desenvolvimento de tecnologias de armazenamento de energia elétrica para uso em equipamento da rede de distribuição; (iv) PD-00047-0085/2019 – Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV; (v) PD-00047-0090/2020 – SMARTF: Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro.

Em 2023, foi encerrado 01 projeto, sendo este: (i) PD-00047-0083/2018 - Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados.

Estão em andamento 04 projetos, listados a seguir: (i) PD-00040-0024/2020 - Sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos elétricos utilizando VANTs ; (ii) PD-00043-0122/2022 – Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens; (iii) PD-00385-0074/2022 – Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia; (iv) PD-00047-0086/2019 – GODEL - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes - Módulo de Medição.

2.10 Planos de negócios

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Neoenergia Cosern em projetos de PDI em fase de pesquisa de PDI (pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental), corresponderam aos seguintes valores:

Em 2023, R\$ 2.030.641,81

Em 2022, R\$ 2.167.860,40

Em 2021, R\$ 2.214.900,34

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos na Companhia, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de PDI que pertencem às fases avançadas da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado.

Dessa forma, no período de 2021 a 2023, a Companhia desenvolveu os 11 projetos descritos abaixo:

PD-00040-0023/2018 – Lote Pioneiro do aferidor de medidores de energia elétrica sem interrupção no fornecimento. Foram realizados dois projetos de PDI ANEEL anteriores, nas fases de desenvolvimento experimental e cabeça de série que demonstraram a viabilidade técnica e de implantação prática de um equipamento capaz de realizar a aferição de medidores de energia elétrica em campo, sem a necessidade de interrupção no fornecimento de energia do consumidor. Assim, o presente projeto pretende prosseguir na cadeia de inovação, testando o equipamento desenvolvido como cabeça de série em maior escala, com equipes em campo. Neste projeto, está prevista a presença da indústria que permitirá que o produto final seja desenvolvido com características de mercado, incluindo a viabilidade econômica para produção e comercialização em série. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro.

PD-00385-0071/2019 – Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores próximas a Redes de Distribuição de até 46 kV com Controle Remoto. O projeto será o aprimoramento tecnológico do equipamento robotizado para poda de árvores próximas às redes de distribuição de até 46 kV desenvolvido anteriormente, que incluía um sistema de trituração e armazenamento dos resíduos da poda. Considerando-se essa nova etapa do projeto serão realizados: montagem, testes e entrega de 2 equipamentos. O projeto tem como principal motivação a redução dos riscos envolvidos na metodologia tradicional de poda que utiliza caminhão de linha viva com o eletro-arborista operando manualmente as ferramentas de poda de dentro do cesto aéreo. O equipamento desenvolvido minimizará os riscos ao operador e queda de galhos sobre a rede, além de necessitar de uma equipe reduzida de três pessoas. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00385-0070/2019 – Transformação Digital da Experiência do Cliente Neoenergia. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. Tem como objetivo transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados para melhorar o desempenho dos indicadores de serviço ao cliente e tornar mais eficiente o atendimento humano e digital. Será realizado o redesenho dos diversos perfis de clientes na era digital, além do desenvolvimento e aplicações de novas soluções digitais para atender às necessidades atuais e futuras.

PD-00047-0084-2019 – Lote Pioneiro de Equipamento para Identificação e Cadastro de Equipamentos de Redes de Distribuição de Energia Elétrica. Os projetos PD-0047-008/2006, PD-0077-0027/2009 e PD-0047-0067/2012 criaram uma solução para otimizar a gestão dos ativos da concessionária. Atualmente, têm-se o uso intensivo de documentos em papel nos processos logísticos. Geralmente, esses documentos são preenchidos à mão, sujeitos a grafia ilegível e a erros. Esses documentos são processados por digitadores, aumentando a

2.10 Planos de negócios

probabilidade da propagação de informações incorretas, pois não há crítica dos dados no lançamento das informações na base cadastral. A aderência físico-contábil da base cadastral é imprescindível para concessionária, uma vez que é determinante para o reajuste tarifário promovido pela Aneel. A solução será aprimorada permitindo sua adoção na íntegra inclusive com a integração dos sistemas de software desenvolvidos ao sistema corporativo da empresa. Serão feitas adequações aos requisitos de TI e a migração dos formulários para plataforma dos smartphones com sistema operacional Android. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00043-0119-2019 – Antenas inteligentes – Cabeça de Série. No projeto de pesquisa anterior foi desenvolvido um Sistema de Antenas Inteligente chaveado com aplicação Piloto na Subestação de Gravatá/PE, na qual se encontravam três chaves repetidoras telecomandadas localizadas em uma "região de sombra", dentro de um setor de 180°, e raio de 10 km, em relação à subestação de Gravatá. A motivação do Projeto atual é expandir o sistema de antenas inteligente, já desenvolvido e testado, para uma abrangência de 360°. Isto é, permitir a comunicação do COI com qualquer chave religadora localizada dentro de círculo com raio de 15 km, para que possa substituir o sistema de comunicação clássico, existente, de forma a ficar permanentemente em operação, e que possa ser aplicado a qualquer subestação que utilize enlace de rádio. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00043-0087-2019 – Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a ilha de Fernando de Noronha. Este projeto é cooperado entre as empresas Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco e a Termopernambuco, e visa desenvolver a Mobilidade Elétrica de forma sustentável em Fernando de Noronha via soluções e modelos de negócio em atividades de turismo, serviços públicos e operações da administração da Neoenergia Pernambuco, com potencial de reprodutibilidade em outros ambientes e envolvimento de empresas e entidades locais. Também objetiva desenvolver soluções tecnológicas para suporte aos veículos elétricos e otimização dos recursos renováveis com proposição de roadmap evolutivo.

PD-00047-0087-2019 – Criação de Corredor Verde no Nordeste e Postos de Carregamento Urbano para Avaliação do Desempenho de Veículos Híbridos e Elétricos. Este projeto é cooperado entre as empresas Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e a Termopernambuco. O projeto prevê a criação de um corredor verde no Nordeste (trecho entre Salvador-BA e Natal-RN), contendo 11 estações de recarga em rodovia (50kW) e mais 6 estações em *shoppings* urbanos (22kW). O projeto visa a avaliação de um novo modelo de negócio para as empresas do setor elétrico.

PD-00385-0069-2019 – Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. O produto principal deste projeto é um Caminhão elétrico para manutenção de redes de distribuição, com desenvolvimento de conjunto inteligente para o gerenciamento da recarga e de sistema seguro e eficiente para recargas do veículo na própria rede da concessionária.

PD-00047-0088/2019 – GODEL - Sensor Inteligente para Redes Elétricas de 69kV. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco, e visa desenvolver o cabeça de série do sensor inteligente em linha de 69kV. A relevância de um sensor inteligente em linha de 69kV é a rápida localização da falta, além de um permanente monitoramento *on-line* das principais grandezas elétricas. Com estas informações é possível, de imediato, se obter a localização da falta e, com os dados históricos do comportamento da linha, fazer análises preditivas visando potenciais problemas de sobrecargas e consequente instabilidades da linha, podendo ser ainda processados por algum sistema do tipo Analytics.

PD-00043-0121/2020 – Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente. O projeto tem como objetivo principal o desenvolvimento de uma fonte de corrente para medição de resistência de aterramento em Subestações (SE) energizadas. Para alcançar esse objetivo, o projeto foi desenhado para englobar duas fases da cadeia de produção: Cabeça de Série (CS) e Lote Pioneiro (LP). São características do produto: (1) Medição de resistência de aterramento em SE's energizadas; (2) Capacidade de

2.10 Planos de negócios

medição das tensões de passo e toque na SE; (3) Metodologia de medição em conformidade com a norma brasileira NBR 15749; (4) Operação via tablet aumentando a segurança durante a realização dos testes; (5) Sistema alimentado por baterias com grande autonomia de uso; (6) Projetado em conformidade com a norma internacional de segurança IEC 61010-1, CAT IV. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00047-0092/2022 – Cabeça de Série Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV. Consiste no desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis e aprimoramento de tecnologia para uso de torres de emergência móveis em redes de subtransmissão. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Brasília e Neoenergia Pernambuco.

Em 2021, não houve encerramento de projetos.

Em 2022 foram encerrados 03 projetos de PDI, sendo eles: (i) PD-00047-0088/2019 - GODEL - de Sensor Inteligente para Redes Elétricas de 69kV; (ii) PD-00040-0023/2018 – Lote Pioneiro do Aferidor de Medidores de Energia Elétrica sem Interrupção no Fornecimento; (iii) PD-00047-0084/2019 – Lote Pioneiro de Equipamento para Identificação e Cadastro de Equipamentos de Redes de Distribuição de Energia Elétrica.

Em 2023, foi encerrado 01 projeto: (i) PD-00043-0119-2019 – Antenas inteligentes – Cabeça de Série.

Estão em andamento os 07 projetos, listados a seguir: (i) PD-00385-0071/2019 - Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores próximas a Redes de Distribuição de até 46 kV com Controle Remoto; (ii) PD-00385-0070/2019 – Transformação Digital da Experiência do Cliente Neoenergia; (iii) PD-00043-0087-2019 – Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a Ilha de Fernando de Noronha; (iv) PD-00047-0087-2019 – Criação de Corredor Verde no Nordeste e Postos de Carregamento Urbano para Avaliação do Desempenho de Veículos Híbridos e Elétricos; (v) PD-00385-0069-2019 – Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia; (vi) PD-00043-0121/2020 – Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente; e (vii) PD-00047-0092/2021 – Cabeça de Série da Torre de Emergência Móvel para Linhas de 69 e 138kV.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Neoenergia Cosern, nos novos produtos, corresponderam aos seguintes valores:

Em 2023, R\$ 4.981.904,01

Em 2022, R\$ 7.364.630,93

Em 2021, R\$ 4.362.357,26

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2023, a Neoenergia ampliou seu compromisso ESG, adicionando mais 14 metas às 16 aprovadas em 2022, fechando o ano com 30 compromissos a serem alcançados em 2025 e em 2030, previamente aprovados pelo Conselho de Administração. As metas consideram os temas avaliados como materiais para a gestão sustentável e o compromisso com os ODS.

A execução da estratégia ESG+F gira em torno de três pilares, reforçando que os temas estão integrados à estratégia e ao modelo de negócios da Neoenergia:

- ✓ Desempenho ambiental, o combate à mudança climática e a preservação e recuperação da biodiversidade, por meio das políticas de meio ambiente;
- ✓ Compromisso social, que se manifesta nas políticas sociais;
- ✓ Normas e políticas de governança corporativa.

2.10 Planos de negócios

As iniciativas seguem a Política Geral de Desenvolvimento Sustentável da Neoenergia, que determina os princípios gerais e fundamenta as bases que devem reger a estratégia de sustentabilidade. Dessa forma, a Neoenergia busca garantir que todas as atividades corporativas e de negócios se comprometam e promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de interesse (clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, órgãos reguladores, governos e comunidades impactadas pelos seus negócios), retribuindo de forma equitativa a todos aqueles que contribuem para o êxito de seu projeto.

A Neoenergia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos ODS desde sua definição, cujo principal objetivo é formalizar o compromisso do grupo com essa agenda, destacando a contribuição para o cumprimento do dividendo social gerado pela sua atividade empresarial.

A Neoenergia concentra seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante:

- no fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7); e
- na ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13).

A Neoenergia mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). A Neoenergia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Consistente com seu modelo de negócios sustentável, a Neoenergia está posicionada como um dos principais e pioneiros grupos empresariais do Brasil com financiamento ESG. Tudo isso com o triplo objetivo de (i) alinhar sua estratégia financeira com seu propósito, valores e estratégia de investimento, (ii) otimizar o custo de sua dívida e (iii) diversificar suas fontes de financiamento, transformando a sustentabilidade em um meio e fim ao mesmo tempo pela força financeira que busca e pela qual se caracteriza.

Em linha com tais objetivos, e tendo em vista a tendência global de transição energética, com aumento da demanda por energia limpa, com o mercado de carbono em processo de regulamentação mundial e os incentivos a produtos e serviços com baixa pegada de carbono, a companhia busca exercer um protagonismo nesse movimento, fortalecendo e ampliando o segmento de energias renováveis (eólica e solar).

Seguimos trabalhando em parcerias estratégicas para fomentar novas tecnologias, descarbonização e soluções industriais limpas. Assinamos memorandos de entendimento com empresas e governos estaduais para no médio e longo prazo desenvolver projetos de hidrogênio verde e eólica offshore, e temos participado ativamente da construção da regulamentação dessas soluções energéticas no país.

Além do esforço na execução de projetos sustentáveis, a companhia reformulou seu Sistema de Governança e Sustentabilidade em torno de critérios ESG+F (environmental, social and governance + financial, ou, na tradução para o português, aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa, mais financeiros), e está sempre atenta a oportunidade financeiras nesta linha.

Em 2021 a Neoenergia Cosern emitiu seu primeiro título verde no montante aproximado de R\$ 200 milhões e desde então tem intensificado seus financiamentos por meio dos instrumentos disponíveis. Ao final de 2023 a Neoenergia Cosern já tinha certificado o montante de R\$ 700 milhões em financiamentos verdes.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Exercício de 2023

Não aplicável.

Exercício de 2022

Em 2022, adotamos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exerçam atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia de Covid-19 nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar o Grupo Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

Exercício de 2021

Gradativamente, em Setembro/2021 iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em Dezembro/2021 já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos dos protocolos necessários à prevenção contra a Covid.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

Medidas associadas à Covid-19

Restrições operacionais temporárias para distribuidoras

Foi publicada em 26 de março de 2021 a Resolução Normativa ANEEL nº 928/2021, impondo restrições operacionais para preservar a segurança do atendimento aos consumidores devido à pandemia. As principais medidas adotadas foram a vedação da suspensão do fornecimento para determinados grupos de consumidores (residencial baixa renda, usuários de equipamentos vitais, entre outros), a suspensão do prazo nonagesimal para corte do fornecimento (todos os consumidores), e a postergação do pagamento pelas distribuidoras das compensações por violação dos limites de continuidade individuais e de conformidade de tensão. A resolução, que tinha vigência inicial até 30 de junho de 2021, foi prorrogada até 30 de setembro de 2021 por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 936/2021, de 15 de junho.

Reequilíbrio das distribuidoras

Foi divulgada em 23 de novembro de 2021 a Resolução Normativa ANEEL nº 952/2021, que trata da correção dos desequilíbrios econômicos decorrentes da pandemia, do estabelecimento da metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a crise sanitária e da definição dos critérios para ressarcimento aos consumidores de custos associados à operação de crédito da Conta-Covid em 2020.

Medidas associadas à Crise Hídrica

Criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) – jun/21

A Medida Provisória nº 1.055 instituiu a CREG, que teve como competência a definição das diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para a operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, envolvendo definições para limites de uso, armazenamento e vazão, preservando as competências dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação das diretrizes. A vigência da CREG foi até 30/12/2021.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Programa de Resposta à Demanda – ago/21

O programa já existe desde 2017, mas em agosto de 2021 o MME o instituiu para unidades consumidoras do SIN, de forma a recompensar os cidadãos que reduzirem em até 10% o consumo, com um bônus de R\$ 50 para cada 100 kWh economizados. O programa teve duração até dezembro de 2021 e foi válido para aqueles que reduziram o consumo entre 10% e 20%.

Bandeira Tarifária de Escassez Hídrica – set/21

Criada para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, a bandeira Escassez Hídrica foi estabelecida em R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos e passou a valer para todos os consumidores de setembro/21 a abril/22, com exceção dos beneficiários da tarifa social.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia, como parte integrante do Grupo Neoenergia, conta com uma Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração da Neoenergia em 18 de abril de 2024, que define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia. Nesta atualização, definiu-se em todas as políticas o (*Environmental, Social, Governance and Financial Materiality*, “ESG+F”, sua sigla em inglês), que engloba os aspectos ambientais, sociais e de governança, alinhados com os compromissos ESG divulgados pela Companhia ao mercado no ano de 2022 e atualizados em 2023, além da inclusão do Risco Climático.

A Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é o marco de gestão de risco corporativo da Companhia e define os princípios básicos, diretrizes e estrutura para gestão de riscos para o grupo Neoenergia e é complementada pelas políticas de risco corporativas e políticas de riscos para os negócios, também aprovadas pelo Conselho de Administração. No âmbito do negócio, o grupo Neoenergia possui a (i) Política de Risco do Negócio Liberalizado, dos riscos que contemplam as atividades de geração termelétrica e a comercialização de energia; (ii) Política de Risco do Negócio de Renováveis, dos riscos que contém as atividades de geração hidráulica, solar e eólica e (iii) Política de Risco para o Negócio de Redes, dos riscos que englobam as atividades de distribuição e transmissão de energia. As políticas corporativas contemplam: Riscos Financeiros, Riscos de Crédito, de Investimento, de Compras, de Seguros, Risco Reputacional, TI, Cibersegurança, Ações em Tesouraria e Saúde e Segurança no Trabalho.

No início de 2024, as 14 políticas vigentes foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, tendo seus limites e referências atualizadas.

b. **Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

O objetivo da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é estabelecer as diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de riscos, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

De forma complementar, as políticas de risco para os negócios e as corporativas de risco definem regras, procedimentos, níveis de exposição, indicadores e limites de risco específicos, conforme descrito a seguir.

- Política de Risco de Crédito: estabelece a possibilidade do não cumprimento de obrigações financeiras e contratuais de contrapartes, incluindo o risco de falência e custo de substituição, como inadimplência ou ‘não performance’, originando uma perda econômica, financeira ou não-financeira para as empresas do grupo. As contrapartes podem ser clientes finais, contrapartes em mercado financeiro ou mercado de energia, sócios, fornecedores, entidades financeiras e seguradoras, dentre outros.
- Política de Riscos Financeiros: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de riscos de financeiros, com destaque para regras e limites sobre mitigação de risco cambial e de taxas de juros, instrumentos para gestão de liquidez e solvência, estratégia de ALM, avaliação de *hedges* naturais, covenant regulatório de sustentabilidade econômico-financeira, diversificação de instrumentos de dívida, volume de caixa mínimo e utilização de instrumentos derivativos.
- Política de Seguros: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão de seguros com o objetivo de mitigar a exposição do grupo Neoenergia contra os seus riscos operacionais, de construção, cibernéticos e de responsabilidade civil.
- Política de Investimentos: estabelece os princípios e diretrizes para análise, acompanhamento, controle da gestão dos riscos associados dos novos projetos de investimento e desinvestimento do grupo Neoenergia.
- Política de TI: define a gestão integrada que permite um enfoque tecnológico global e procura assegurar uma adequada gestão das tecnologias de informação, segurança, e os riscos associados, mantendo um equilíbrio entre a geração de benefícios, a otimização dos níveis de risco e o uso eficiente dos recursos.
- Política de Cibersegurança: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos derivados de ameaças e vulnerabilidades dos sistemas de controle ou sistemas de informação e comunicações

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

do Grupo Neoenergia ou de qualquer outro ativo que faça parte da ciberinfraestrutura do grupo, incluindo os ativos de informação.

- **Política de Risco Reputacional:** estabelece os princípios e o marco para gestão do risco de reputação e imagem, com potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos grupos de interesse.
- **Política de Compras:** estabelece o controle e gestão dos riscos associados aos processos de compras em geral, incluindo o risco crédito, do negócio, regulatório, operacional, reputacional e cibersegurança em todo o grupo Neoenergia, com especial ênfase no cumprimento dos compromissos éticos e de sustentabilidade do grupo, relacionados aos seus fornecedores. Adicionalmente, atribui as responsabilidades e a delegação de autoridade em cada etapa do processo de compras, garantindo uma segregação adequada de funções e o pleno respeito da organização corporativa.
- **Política de Ações em Tesouraria:** estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos das operações com ações de emissão da Neoenergia, realizadas diretamente pela Companhia.
- **Política de Saúde e Segurança no Trabalho:** estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos de saúde e segurança. Esta política enfatiza a importância do tema, baseando-se em alguns princípios básicos: saúde e segurança devem ser prioridade, conscientização de todos os colaboradores sobre saúde e segurança no trabalho, vigilância contínua e adequação do colaborador no seu posto de trabalho, melhoria contínua, com obtenção e manutenção de certificações relacionadas à saúde e segurança, cumprimento dos marcos legislativo, laboral, tecnológico, além de normativos internos, exigência do cumprimento das normas de saúde e segurança estabelecidas pelo grupo Neoenergia por parte dos contratados terceirizados e fomentar a cultura de prevenção, adotando as melhores práticas internacionais.
- **Política de Riscos do Negócio Liberalizado:** estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração térmica e comercialização de energia, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia no ambiente de contratação livre. Estabelece ainda limites e regras para mitigação do risco hidrológico, benchmarking, risco financeiro e de volume para a exposição do portfólio de energia do grupo.
- **Política de Risco para o Negócio de Redes:** estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de distribuição e transmissão de energia, com destaque para diretrizes específicas e limites de risco relacionadas ao nível de contratação de energia, aos índices dos processos de unitização, investimentos e gastos para eficiência na revisão e reajuste tarifário, ao índice de inadimplência e perdas, ao volume de investimentos, à qualidade do serviço aos respectivos covenants regulatórios de qualidade, à operação e manutenção da rede e à gestão de empresas prestadoras de serviços, dentre outros.
- **Política de Risco do Negócio de Renováveis:** estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração de energia renovável, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia nos ambientes de contratação livre e regulado, em operação e manutenção e em novos investimentos, índices de disponibilidade, ressarcimento, variabilidade dos recursos, revisão de garantia física, dentre outros.

i. Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia pode estar exposta e busca gerir e mitigar envolvem:

- **Negócio:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à incerteza das variáveis intrínsecas aos negócios, como por exemplo, o balanço de oferta/demanda de energia elétrica e a estratégia dos demais agentes.
- **Financeiro:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à exposição a variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de câmbio, taxas de juros, preços de *commodities*, preços e taxas de ativos financeiros, dentre outros.
- **Mercado de Energia:** entendido como a exposição dos resultados e patrimônio do grupo às variações de preços e de outras variáveis de mercado, como por exemplo, movimentos adversos nos preços de energia no curto e longo prazo e aos efeitos de outros fatores e riscos que impactem os preços de energia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Crédito:** definidos como a possibilidade do não cumprimento de obrigações financeiras e contratuais de contrapartes, incluindo o risco de falência e custo de substituição, como inadimplência ou 'não performance', originando uma perda econômica, financeira ou não-financeira para as empresas do grupo. As contrapartes podem ser clientes finais, contrapartes em mercado financeiro ou mercado de energia, sócios, fornecedores, entidades financeiras e seguradoras, dentre outros.
- **Regulatórios e políticos:** são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.
- **Operacionais, tecnológicos, ambientais, sociais e legais:** são os referidos à ocorrência de perdas econômicas ou financeiras, diretas ou indiretas, resultantes de eventos externos ou de processos internos inadequados, incluindo os provenientes de:
 - falhas tecnológicas, erros humanos e obsolescência tecnológica;
 - operação e construção de instalações;
 - sabotagem e / ou terrorismo;
 - associados a operações de mercado;
 - compras e cadeias de suprimentos;
 - cibersegurança e sistemas de informação, incluindo os riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados 13.709/18;
 - saúde e segurança dos colaboradores, terceiros e comunidade, de ação direta ou indireta da Neoenergia;
 - licenciamento ambiental;
 - questões fundiárias;
 - violação de direitos humanos;
 - conformidade regulatória;
 - confiabilidade das informações financeiras e não financeiras;
 - fraude e corrupção; e
 - litígios, arbitragens e contingências fiscais.
- **Reputacionais:** potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos diversos grupos de interesse, tal como definidos na *Política de Relação com Grupos de Interesse*, incluindo os comportamentos ou condutas relacionadas à corrupção.
- **ESG+F (*Environmental, Social, Governance and Financial Materiality*, sua sigla em inglês):** Conjunto de riscos relacionados aos aspectos ambientais, sociais e de governança com potencial impacto no desempenho econômico-financeiro, bem como na sua reputação. Esta avaliação englobará - sem se restringir a estes aspectos - o engajamento dos stakeholders, matriz de dupla de materialidade, sustentabilidade da cadeia de valor, avaliações e planos de ação relacionados ao risco de mudança climática, biodiversidade, meio ambiente, responsabilidade social e direitos humanos, bem como ao risco de não atendimento às obrigações regulatórias estabelecidas pela CVM, B3 e demais órgãos competentes aplicáveis.
 - a) **Risco Ambiental:** possibilidade de perdas ocasionadas por eventos associados à efeitos e transformações provocadas pelas ações da Companhia nos aspectos do meio ambiente físico e degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais, que se refletem, por interação, nas condições ambientais que envolvem a vida humana.
 - b) **Risco Social:** possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à violação de direitos humanos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.
 - c) **Risco de Governança:** derivam do eventual não cumprimento (i) da legislação aplicável, (ii) do disposto pelo Sistema de Governança e Sustentabilidade, (iii) das boas práticas de mercado e recomendações de seus órgãos reguladores, (iv) dos padrões internacionais relacionados à governança.

As eventuais consequências podem ser: (i) a impugnação judicial, que podem incluir acordos societários, (ii) a divergência entre acionistas, (iii) o recebimento de notificações de órgãos reguladores, de acionistas

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

minoritários e outros stakeholders atingidos, (iv) o desinvestimento ou desvalorização das ações do grupo Neoenergia (v) vinculação de notícias negativas e baixa avaliação de satisfação de clientes.

- d) **Materialidade Financeira (*Financial Materiality*)**: são fatores ESG que podem ter um impacto significativo – tanto positivo quanto negativo – no modelo de negócios e nos drivers de valor de uma empresa, como crescimento de receitas, margens, capital necessário e risco.
- e) **Risco de não cumprimento das Metas ESG+F**: risco associado ao potencial não atingimento das Metas ESG+F divulgadas à mercado. Do ponto de vista de Gestão de Riscos, propõe-se subindicadores de risco (KRIs - Key Risk Indicators) para o acompanhamento da evolução ao longo do ano, de modo a verificar possibilidades de eventuais desvios no atingimento das metas e, caso necessário, propor, em conjunto com as áreas envolvidas, um plano de ação. Para alguns indicadores também será necessário o detalhamento qualitativo de como o atingimento de determinada meta ESG+F está sendo realizado. A Superintendência de Gestão de Riscos, irá acompanhar o cumprimento dos KRIs, de modo a verificar possibilidades de eventuais desvios no atingimento das metas. O acompanhamento será realizado de acordo com o Procedimento de Acompanhamento de Riscos Associados às Metas ESG+F da Neoenergia.

Especificamente, a governança da Neoenergia deverá ter um papel importante para apoiar na estratégia de longo prazo de acompanhar o risco de não cumprimento dos compromissos ESG+F divulgados ao mercado, assim como o risco de não atendimento de obrigações regulatórias e contratuais, bem como boas práticas vigentes no mercado e setor de energia, vinculadas a temática ESG na Companhia.

- **Risco Climático**: risco associado as mudanças climáticas e fenômenos naturais extremos, sendo definido em duas vertentes:
 - a) **Risco climático de transição**: refere-se aos impactos negativos econômicos, financeiros e a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da transição para uma economia de baixo carbono e adaptação às mudanças climáticas. Podendo ser: regulações mais rigorosas, mudanças nas políticas energéticas, precificação de carbono, tecnologias emergentes, entre outros.
 - b) **Risco climático físico**: possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo.

A Companhia, na gestão do negócio, analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com sua Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e demais políticas aplicáveis.

Além disso, também se considera como mecanismos de proteção quanto aos riscos descritos no item 4.1 o monitoramento periódico dos limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração, a execução e acompanhamento das ações contínuas e dos planos de mitigação dos riscos, com reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes, com destaque para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria e os demais comitês ou comissões relacionadas à atividade de gestão de riscos na Companhia.

i. Instrumentos utilizados para proteção

A gestão dos riscos é resultado do processo de identificação dos riscos que é realizado junto às áreas responsáveis, planos de Curto e Longo Prazo e Objetivo Corporativos da Companhia.

Após sua identificação, os riscos são classificados de forma padronizada de acordo com as seguintes características: categoria; relevância; evolução em relação ao período anterior; descrição dos fatores de risco; horizonte de tempo; impacto; probabilidade de ocorrência; e 'dono' do risco.

Com a identificação e classificação dos riscos, são discutidos e propostos indicadores, ações de mitigação, planos de ação e os respectivos gestores. A consolidação dessas informações compõe o mapa de riscos que são segregados em curto e longo prazo, encaminhado para apreciação da Diretoria, periodicamente.

A Superintendência de Gestão de Riscos tem a função de monitorar a evolução, os impactos e a probabilidade de ocorrência dos riscos, o que inclui o acompanhamento das ações de mitigação e planos de ação.

O Conselho de Administração aprova anualmente os limites de riscos que são parte integrante das políticas de risco aprovadas para a Companhia ou negócios específicos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Especificamente em relação à eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações da Companhia com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, a Companhia conta com um programa de integridade, aplicado irrestritamente a todas as empresas do grupo Neoenergia, mantido e gerido por uma Unidade de Compliance corporativa, subordinada hierarquicamente ao Conselho de Administração da Neoenergia, por meio do Comitê de Sustentabilidade, dotada de independência e autonomia, bem como uma unidade de compliance da própria Companhia, subordinada ao seu Conselho de Administração, responsáveis por estabelecer medidas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade porventura identificadas. Dentre essas medidas e ações destacam-se:

- Disponibilização para todos os colaboradores e executivos de todos os documentos de integridade (Código de Ética, políticas e procedimentos de integridade e de combate à corrupção)
- Treinamentos de executivos e colaboradores sobre o Código de Ética, Política Contra a Corrupção e a Fraude e Política de Prevenção de Delitos, bem como comunicações internas, com o objetivo de fortalecer uma cultura de integridade e de tolerância zero em relação à corrupção e atos ilícitos. No ano de 2023, 11.654 colaboradores do Grupo Neoenergia, sendo 760 da Companhia, participaram de ações de treinamento e comunicação sobre o Código de Ética e o Sistema de Compliance da Companhia. Destes 402 são líderes, sendo 22 da Companhia, tiveram treinamento específico do Código de Ética para liderança;
- Avaliação de riscos de corrupção e prática de delitos, envolvendo a identificação, qualificação, mitigação e monitoramento dos riscos de *compliance* a que a empresa está exposta;
- Processos de due diligence de fornecedores e em doações e patrocínios
- Processos de avaliação de risco de compliance em operações de M&A.
- Procedimentos específicos para relacionamento com agentes públicos, conforme disciplinado na Norma de Relacionamento com o Poder Público;
- A Companhia possui um canal de denúncias, anônimo e independente, gerido externamente por empresa especializada, que pode ser utilizado por todos os profissionais do grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às políticas de integridade e à lei;
- Procedimentos de investigação: A Companhia possui uma estrutura para identificar condutas irregulares e proceder com as investigações para apurar os fatos, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos para a eliminação de não conformidades;
- Canal de consultas éticas para colaboradores: Ferramenta disponível para esclarecer rapidamente as dúvidas de todos os profissionais da Companhia relacionadas à aplicação do Código de Ética e demais documentos de integridade;
- Cláusula anticorrupção e procedimentos de due diligence de fornecedores: Além do Código de Ética, a Companhia também adota um modelo de cláusula anticorrupção para seus contratos e procedimentos de due diligence de integridade para relacionamento com fornecedores, por meio de Questionário de Integridade, pesquisas e reputacionais e classificação de risco, conforme estabelecido na Política de Compras e no Procedimento de Due Diligence de Fornecedores.
- Certificação/validação externa e independente do Sistema de Compliance e de Gestão Antissuborno.

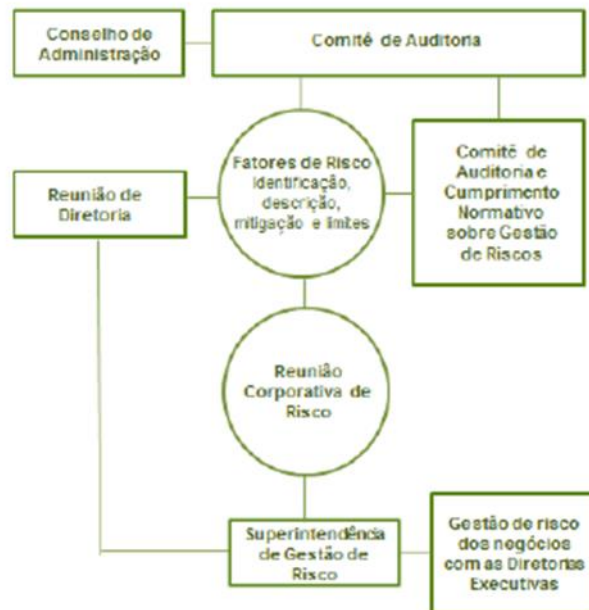
Em 2023 o Canal de Denúncias da Companhia recebeu 137 relatos, sendo que destes relatos 70 foram classificados como denúncias fora de escopo e 67 foram admitidos a trâmite pela Superintendência de Compliance. Nenhum dos relatos recebidos, contudo, apontou condutas que, ainda que potencialmente, violassem: i) a Lei nº 12.846/2013 – Lei da Empresa Limpa; ii) Lei nº 9.613/1998 – Lei de Lavagem de Dinheiro; iii) – Lei de Improbidade Administrativa e de Licitações; ou iv) Lei nº 13.260/2016 – Lei de Combate ao Terrorismo ou o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) ou o UK Bribery Act. O tratamento dos relatos considerados como procedentes contemplou mudanças nos processos internos para mitigação de riscos e aplicação de medidas disciplinares, conforme cada caso.

Por fim, a Auditoria Interna realiza uma supervisão independente e objetiva de avaliação, destinada a agregar valor e melhorar as operações da organização, por meio do aprimoramento dos instrumentos destinados à gestão de riscos, controles internos, compliance e processos de governança.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco da Neoenergia conta com estrutura corporativa:



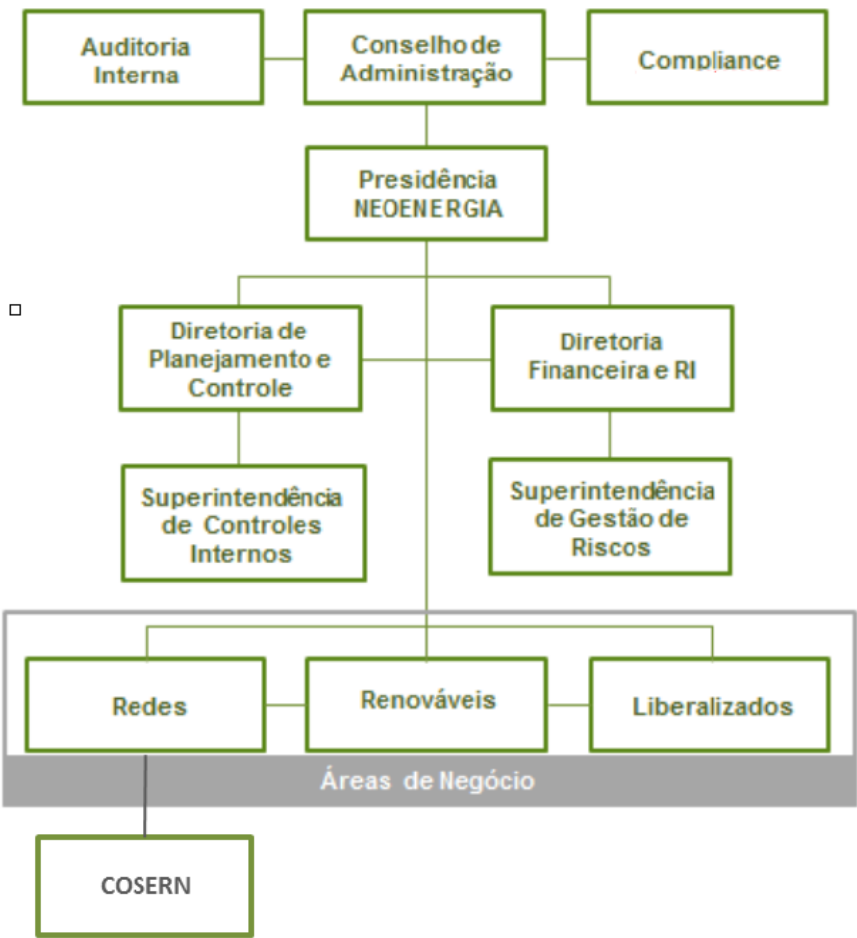
Atribuições:

- **Conselho de Administração:** responsável pela aprovação da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e suas atualizações, das Políticas Específicas de Gestão de Riscos; e seus respectivos limites de risco, bem como pelo acompanhamento periódico da evolução dos indicadores de risco.
- **Comitê de Auditoria:** responsável por análises, recomendações e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco a fim de suportar as decisões do Conselho de Administração;
- **Reunião de Diretoria:** responsável pela aprovação dos mapas de riscos estratégicos; pela gestão e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco; por garantir o alinhamento entre a estratégia organizacional e a gestão de riscos; pela integração da gestão de riscos aos objetivos estratégicos da Companhia e dos negócios do Grupo.
- **Reunião Corporativa de Risco:** fórum responsável pela exposição dos fatores riscos, avaliação dos mapas de riscos estratégicos, acompanhamento dos limites, indicadores e plano de ação.
- **Superintendência de Gestão de Riscos:** reporta-se ao Diretor de Finanças e de Relação com Investidores e é responsável por atualizar, coordenar e implantar as políticas de gestão de riscos; elaborar os mapas de riscos estratégicos em conjunto com os pontos focais dos riscos; definir, acompanhar e controlar os indicadores, limites e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e corporativas; elaborar os relatórios de acompanhamento para a Diretoria, Comitê de Auditoria e para o Conselho de Administração; buscar melhorias contínuas do processo de gestão de riscos e disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia.
- **Áreas de negócios e corporativas:** responsável por auxiliar na elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela proposta, acompanhamento e cumprimento dos indicadores e limites de riscos estabelecidos; pela proposta, execução e controle dos planos de ação e estratégias de mitigação de riscos aprovados nas alçadas competentes; por agir proativamente na gestão e mitigação dos riscos, assegurando o papel da área de negócio como a primeira linha de defesa na gestão e controle dos riscos; pelo acompanhamento constante das condições externas de forma a antecipar e mitigar riscos que possam gerar impactos negativos para o grupo.

Adicionalmente, a gestão de risco corporativo é complementada pela estrutura organizacional de Governança, Riscos, Compliance e Controles Internos da Companhia, que inclui:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- I. As superintendências de Auditoria Interna, a Unidade de Compliance e a Superintendência de Controles Internos do Grupo e de suas controladas, que garantem o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas.



Estes órgãos, em conjunto com a superintendência de Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos criando três linhas de defesa:



Neste modelo, as áreas de Negócio responsáveis pelas atividades de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia, bem como as áreas ou funções corporativas, constituem a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidades estabelecidas pela Administração (Risco Corporativo, Controles Internos e *Compliance*) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

b. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Administração da Companhia entende que sua estrutura operacional está adequada para garantir o cumprimento das diretrizes da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, além de considerá-la alinhada às melhores práticas de mercado.

A gestão dos riscos permeia todos os níveis hierárquicos do grupo Neoenergia e envolve as superintendências de Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance, além de todas as áreas de negócios ou corporativas definidas como responsáveis por cada risco mapeado.

Cabe destacar ainda que Auditoria Interna é responsável por verificar o cumprimento das políticas e demais normativos da Companhia associados ao plano anual de trabalhos, que se baseia em riscos. O plano anual de trabalhos da Auditoria Interna é referendado pelo Comitê de Auditoria visando apoiar a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e é posteriormente aprovado pelo Conselho de Administração, incluindo tópicos e normativos relacionados à gestão de riscos, tais como:

- Auditoria sobre os controles de monitoramento dos limites e indicadores das políticas de riscos;
- Auditorias anuais relativas ao cumprimento do Código de Ética; e
- Revisão semestral do funcionamento dos controles mais críticos do Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira.

A Auditoria Interna está estruturada para testar o cumprimento das diretrizes e políticas, enquanto a área de Controles Internos está estruturada para garantir o controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde ocorre a divulgação específica das estratégias envolvendo derivativos. Além disso, auxilia as áreas de negócio na identificação da necessidade de criação e melhoria de controles, bem como a eficiência e eficácia dos processos administrativos e operacionais. Os resultados dessas auditorias são reportados diretamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da empresa.

O Comitê de Auditoria tem como objetivo assegurar que as atividades da auditoria interna estejam alinhadas com os objetivos da Companhia, por meio da definição de diretrizes políticas de atuação e aprovação do plano de auditoria. Também compete ao Comitê a revisão das deficiências de Controles Internos apontadas nos relatórios de auditoria e a análise das medidas de correção adotadas, bem como acompanhamento e atuação na regularização dos pontos de auditoria.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e da Política de Risco de Crédito.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

A Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria Executiva de Controle Patrimonial e Planejamento. A companhia também conta com duas outras Superintendências, Riscos e Auditoria Interna, e uma Unidade de Compliance, que atuam nas tratativas dos temas correlatos.

A Companhia implementou e mantém um ambiente de controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras e não financeiras, adotando como principal referência o modelo do COSO 2013 - Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission. Tal referência é utilizada no âmbito de todas as empresas do grupo, considerando a análise de materialidade das demonstrações financeiras e os princípios e boas práticas de governança corporativa e sustentabilidade.

O ambiente de controles internos é suportado por sistemas, os quais proporcionam maior segurança e confiabilidade aos processos. Dentre os diversos sistemas periféricos que também possuem controles automatizados implementados, destacamos o sistema de gestão SAP-R3 com seus módulos principais e o SAP-BPC responsável pela consolidação das contas contábeis, que gerenciam um número elevado dos controles automatizados. Para assegurar a adequada segregação de função e as premissas de aprovação adotadas pela Administração, a Companhia possui a norma de limites e alçadas documentada e implementada no sistema SAP R3.

Os perfis de acesso estão parametrizados no sistema SAP, e os conflitos mapeados e controlados por meio de ferramenta específica SAP-GRC.

Para a criação, liberação e alteração de perfil, existe um fluxo de aprovação envolvendo os líderes de área, proprietários das informações, usuários chave, Controles Internos e TI.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Superintendência de Controles Internos da Companhia tem a atribuição de auxiliar a Administração no desenho e implantação dos controles sobre as demonstrações financeiras, além de outros indicadores financeiros e não financeiros, baseado no relatório de sustentabilidade, seguindo as melhores práticas de mercado.

Para tanto, foi elaborada uma metodologia e regimento de trabalho visando envolvimento das áreas de negócio, padronização e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Os controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros e não financeiros destinam-se ao oferecimento de garantias com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas e o relatório de sustentabilidade (GRI). Assim como ocorre em qualquer sistema de controles internos e devido às suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros e não financeiros eventualmente poderá não impedir ou detectar declarações inverídicas.

Com relação aos controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras, a Companhia adota em seu modelo de controles internos as referências do COSO 2013, utilizando ferramenta de apoio informatizada e online para sua documentação, monitoramento e certificação das informações financeiras e controles, conferindo transparência e confiabilidade aos números da Companhia. Além destes controles, são realizados diversos trabalhos de mapeamento de processos e desenho de controles, visando à melhoria contínua e a maior confiabilidade dos processos.

5.2 Descrição dos controles internos

A efetividade dos controles internos é testada pela área de Auditoria Interna da Companhia. Os testes são realizados seguindo a metodologia estabelecida pela Auditoria Corporativa do Grupo Neoenergia. Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento da eficiência dos controles, confiabilidade e integridade das informações, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização.

Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento da eficiência dos controles, confiabilidade e integridade da informação financeira, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização.

Adicionalmente, desde 2022 a Companhia implantou um modelo de controles Internos para suportar a geração e divulgação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade. O modelo, estrutura e ferramenta são similares aos utilizados para as informações financeiras.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Na Companhia, a avaliação dos controles internos é conduzida por meio de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Superintendências de Controles Internos e, Riscos e Unidade Compliance, além da Auditoria Interna e áreas de negócio. Compete ao Conselho de Administração ter ciência das deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas no ambiente de controles internos da Companhia validando as ações cabíveis para mitigação das deficiências encontradas. O Conselho Fiscal é um órgão ligado aos acionistas, cuja competência é, dentre outras, fiscalizar as ações praticadas pelos administradores, opinar sobre as contas da Companhia (incluindo, mas não se limitando, a demonstrações financeiras e modificações de capital) e acompanhar a evolução dos tratamentos de GAP's levantados pelos Auditores Independentes e Auditores Internos.

Cabe ao Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento, em especial ao Comitê de Auditoria e Conselho, assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implantação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance relacionados com eventuais condutas financeiras irregulares ou indevidas, (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna. Ao Comitê de Sustentabilidade compete a supervisão das atividades da Superintendência de Compliance em relação ao cumprimento normativo e condução do Sistema de Compliance, bem como avaliação do plano de trabalho dessa Superintendência.

A Companhia não dispõe de Comitês estatutários ou não-estatutários em funcionamento, mas para o Grupo Neoenergia existem os Comitês: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Sucessão, Comitê de Partes Relacionadas, Comitê Financeiro e Comitê de Sustentabilidade, instalados em sua controladora.

Ao Comitê de Sustentabilidade compete a supervisão das atividades da Unidade de Compliance em relação ao cumprimento normativo e condução do Sistema de Compliance, bem como avaliação do plano de trabalho desta Unidade.

A Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

5.2 Descrição dos controles internos

Reitera-se que a Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria Executiva de Controle Patrimonial e Planejamento e comunica mensalmente a alta administração uma síntese do ambiente de controle do Grupo. Existem ainda três outras Superintendências, as quais sejam, (i) Riscos, que se reporta à Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Compliance, que se reporta à Unidade de Compliance da Neoenergia, que por sua vez responde ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Sustentabilidade e, (iii) Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, sendo que tais Superintendências atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos. Abaixo estão listadas as principais atribuições de cada uma.

Superintendência de Controles Internos: (i) elaborar e executar o plano de trabalho de mapeamento de processos, identificar riscos e desenhar controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e não financeiras; (ii) promover semestralmente por parte da alta administração, certificação formal das informações financeiras divulgadas ao mercado. (iii) acompanhar a evolução do ambiente de controle da Companhia, monitorando a implantação e execução dos controles; (iv) reportar mensalmente o status de controle à Diretoria Executiva e periodicamente aos órgãos de assessoramento do Conselho de Administração por meio de relatórios e apresentações.

Superintendência de Gestão de Riscos: (i) identificar, avaliar e monitorar riscos em consonância com o COSO-ERM (COSO II) e a ISO 31000; (ii) conduzir o processo de elaboração e atualização do mapa de riscos estratégicos da Companhia em conjunto com os pontos focais dos riscos, recomendando ações mitigatórias; (iii) acompanhar e controlar os indicadores, limites e planos de ação para os riscos identificados; (iv) buscar melhorias contínuas no processo de gestão de riscos; (v) suportar o processo de atualização das políticas de riscos, e (vi) disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia e nas suas controladas.

Superintendência de Compliance: responsável pela gestão da Unidade de Compliance da Neoenergia e compre suas funções executivas, envolvendo as seguintes responsabilidades (i) elaborar e manter o programa de integridade em conformidade com o Sistema de Compliance da Neoenergia; (ii) avaliar as violações ao Código de Ética e demais normativos de compliance; (iii) elaborar políticas e normas de compliance, (iv) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude na Companhia, v) avaliar riscos e aspectos reputacionais de fornecedores e executivos; vi) conduzir processos de certificação e validações externas do Programa de Integridade, em alinhamento com as melhores práticas de compliance; vii) elaborar o relatório anual das atividades de Compliance e prevenção de delitos.

Superintendência de Auditoria Interna: dentre outras atribuições, (i) planejar e executar o plano anual de trabalho, recomendando controles para o tratamento dos gaps identificados; (ii) monitorar e reportar para a Diretoria Executiva e comitês de assessoramento do Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) elaborar o relatório anual de atividades de Auditoria Interna; (iv) estabelecer diretrizes sobre requisitos de qualidade e promoção de certificações globais, promovendo avaliações periódicas da área de Auditoria Interna e, (v) definir as linhas estratégicas e o dimensionamento da função de Auditoria Interna no âmbito do grupo Neoenergia.

Cabe às áreas de negócio participarem do desenho dos controles, implementá-los e executá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Superintendência de Controles Internos reporta diretamente para o Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento e tem a função de monitorar a implementação de controles sobre as informações financeiras e não financeiras, bem como a execução e qualidade das evidências dos mesmos na Companhia. Os planos de ação para mitigação de riscos são propostos pelo Diretor

5.2 Descrição dos controles internos

Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento em conjunto com as áreas de negócio e aprovados pela Diretoria Executiva.

Além disso, a evolução da implementação dos planos de ação é acompanhada mensalmente pela Diretoria Executiva e periodicamente pelo Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal por meio do reporte feito pela Superintendência de Controles Internos.

As informações apresentadas à Administração sobre o ambiente de controle demonstram principalmente: (i) percentual de controles implementados e não implementados durante as fases dos projetos de expansão da metodologia aos demais negócios; (ii) percentual de controles executados fora do prazo; (iii) controles executados como não satisfatórios e, (iv) controles com evidências inadequadas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

De acordo com o relatório preparado e encaminhado por nossos auditores independentes, relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas deficiências significativas.

A Auditoria Interna realiza avaliações sobre a eficácia dos controles internos baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. Os resultados dessas avaliações são reportados à alta administração e ao Comitê de Auditoria.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram identificadas deficiências significativas pela auditoria contratada Deloitte no exercício de 2023. Outras melhorias identificadas nos trabalhos dos Auditores Independentes foram direcionadas pela Administração, e o tratamento está sendo realizado pelas áreas responsáveis com o acompanhamento da Superintendência de Controles Internos.

5.3 Programa de integridade

5.3 -Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

A Companhia dispõe de um conjunto normativo que integra seu Programa de Integridade baseado no Sistema de Compliance do Grupo Neoenergia que lhe permite prevenir, detectar e sanar condutas inadequadas por parte de seus colaboradores, bem como educá-los e treiná-los para o fortalecimento de uma cultura de integridade.

Destaca-se nesse conjunto normativo os seguintes documentos:

- Código de Ética;
- Política Geral de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
- Política Contra Corrupção e Fraude;
- Política de Compliance e Proteção ao Informante;
- Política de Compliance para a Defesa da Concorrência;
- Manual de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens;
- Manual de Doações e Patrocínios;
- Política de Compras;
- Política de Risco Reputacional;
- Norma de Limites e Alçadas;
- Manual de Relacionamento com o Poder Público;
- Norma de aplicação de medidas disciplinares;
- Procedimento para Conflito de Interesse e Operações Vinculadas;
- Procedimento de Due Diligence de Fornecedores;
- Procedimento de Due Diligence de Investimento/Desinvestimento;
- Procedimento de Investigação Interna de Relatos;
- Regimento Interno da Unidade de Compliance; e
- Norma Básica de Auditoria Interna.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Além dos normativos listados acima, o Grupo Neoenergia e a Companhia dispõem de: 1) sistema de reporte para denúncias associado a equipes para investigação interna; 2) procedimento para consultas, com o objetivo de permitir aos colaboradores esclarecerem dúvidas sobre o Código de Ética e demais normativos de integridade e sua aplicação no dia a dia; 3) questionários de compliance para fornecedores e proponentes de patrocínios; 4) processo de due diligence para avaliação de fornecedores e beneficiários de doações e patrocínios e processo de due diligence para projetos de investimento; 5) avaliação periódica de riscos de compliance e de prática de delitos; 6) treinamentos periódicos gerais sobre Código de Ética e prevenção da corrupção e treinamentos específicos de temas de integridade para equipes e, 7) avaliação de integridade e reputacional para colaboradores em cargo de liderança e de conselhos.

A avaliação de riscos de integridade é efetuada ou revisada periodicamente pela Unidade Compliance da Neoenergia, por intermédio da Superintendência de Compliance. O Grupo Neoenergia executa diversas atividades com o objetivo de realizar levantamento de riscos de corrupção e prática de delitos, e, assim, atuar na prevenção e melhoria de seu programa de integridade, garantindo sua efetividade.

Ademais, o monitoramento das condutas de seus colaboradores, por meio de verificações pontuais, bem como pelo tratamento das informações recebidas nos canais de consultas e denúncias, proporciona uma análise das situações e permitem a propositura e implementação de melhorias de processos e procedimentos.

5.3 Programa de integridade

Quanto às políticas de integridade, estas são revisadas periodicamente sempre que necessário, considerando o processo de melhoria contínua do Programa de Integridade.

A Companhia é detentora do Selo Pró Ética, concedido pela CGU, em reconhecimento à efetividade de seu Programa de Integridade, conforme previsto no Decreto nº 8.420/15 e seu sucessor, o Decreto nº 11.129/22. Por sua vez, sua Controladora tem certificação ISO 37001, relacionada com a efetividade de seu processo de gestão antissuborno.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o funcionamento dos mecanismos e procedimentos internos de integridade o Grupo Neoenergia dispõe de uma Unidade de Compliance, órgão colegiado, da qual participa a Superintendência de Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração por intermédio de seu Comitê de Sustentabilidade, com independência de atuação e orçamentária, cuja criação foi aprovada formalmente pelo Conselho de Administração, e que tem como principais atribuições: (i) elaborar e manter o programa de integridade, zelando pela efetividade do Sistema de Compliance; (ii) administrar o canal de denúncias e os relatos nele registrados; (iii) investigar e avaliar as violações aos normativos de integridade; (iv) elaborar/revisar políticas e normas de compliance; (v) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude e condutas ilícitas na Companhia; (vi) estruturar e executar treinamentos e comunicações de integridade para os colaboradores da Companhia e, (vii) efetuar due diligences para executivos, conselheiros, fornecedores e em projetos de investimento. A gestão desta Unidade de Compliance fica a cargo da Superintendência de Compliance. Além disso, a Companhia possui a sua própria unidade de compliance, que responde ao seu Conselho de Administração e que atua em regime de colaboração com a Unidade de Compliance da Neoenergia e a Superintendência de Compliance.

O Grupo Neoenergia dispõe de outros órgãos que tem responsabilidades correlatas com o Programa de Integridade, e que interagem com a Unidade de Compliance e a Superintendência de Compliance: (i) Superintendência de Controles Internos, (ii) Superintendência de Gestão de Riscos e, (iii) Superintendência de Auditoria, cujas atribuições já foram especificadas no item 5.3, alínea “b”.

Também fazem parte da estrutura de monitoramento do funcionamento dos mecanismos e procedimentos de integridade do Grupo Neoenergia os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, em especial ao Comitê de Auditoria, cuja atribuição é assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance relacionados à eventual fraude contábil ou financeira, (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna.

Além disso, a Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pela Superintendência de Compliance e os Auditores Independentes.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Grupo Neoenergia possui Código de Ética formalmente aprovado pelo Conselho de Administração, cuja última atualização ocorreu em 18 de abril de 2024.

5.3 Programa de integridade

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética se aplica indistintamente a todos os colaboradores do Grupo Neoenergia, independentemente do cargo, posição hierárquica ou tipo vínculo. Aplica-se também aos seus fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

O Grupo Neoenergia oferece, pelo menos anualmente, treinamentos e realiza ações de comunicação contínuas relacionados à ética, integridade a seu Código de Ética e práticas anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presenciais e online, sendo alguns deles obrigatórios, tais como: Treinamento de Compliance (Código de Ética e Política Anticorrupção) e Treinamento de integridade no programa de integração de novos colaboradores.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

O Grupo Neoenergia possui uma estrutura e previsão normativa para identificar desvios de conduta por meio de investigações, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos e procedimentos, a fim de se mitigar o risco de novas ocorrências dos fatos apurados. Na Norma de Medidas Disciplinares também está prevista sanção para não realização dos aceites do Código de Ética e políticas de integridade, bem como, a não realização dos treinamentos obrigatórios de compliance. As sanções previstas e que podem ser aplicadas estão definidas em legislação específica (CLT), e vão desde advertência até demissão por justa causa, a depender da gravidade da conduta, ou ainda rescisão do contrato do executivo ou fornecedor, previsto no próprio Código de Ética e na Norma de Medidas Disciplinares.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A atual versão do Código de Ética do Grupo Neoenergia foi aprovada no Conselho de Administração da Neoenergia em 18 de abril de 2024 e divulgada na rede interna da Companhia e no website da Companhia e das respectivas empresas do Grupo, na página Governança Corporativa - Ética e Integridade - Código de Ética.

<https://www.neoenergia.com/documents/d/guest/codigo-de-etica>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

A Companhia possui um canal de denúncias externo, de abrangência interna e externa, gerido por empresa especializada contratada.

ii. Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O Canal de Denúncias pode ser utilizado por todos os profissionais do Grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias a normativos internos (como o Código de Ética e as políticas de integridade) e legislações.

iii. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:

O Canal de Denúncias, gerido por empresa especializada seguindo as melhores práticas de mercado, proporciona a preservação da confidencialidade e principalmente o anonimato do

5.3 Programa de integridade

denunciante. Adicionalmente, o Código de Ética estabelece a regra de não retaliação aos denunciantes de boa-fé, bem como a Política de Compliance e Proteção ao Informante. A Unidade de Compliance, que é dotada de autonomia, tem poder para investigar e recomendar medidas disciplinares para eventuais casos de retaliações ou punições contra aqueles que apresentem denúncias ou reclamações.

iv. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:

A Unidade de Compliance, por intermédio da Superintendência de Compliance é o órgão responsável pela gestão de todo o processo de apuração das denúncias, incluindo a realização de investigações.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não teve casos confirmados nos últimos 3(três) exercícios envolvendo fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Todas as alterações de Gestão de Risco foram inseridas nos itens anteriores.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Neoenergia Cosern obteve em 2023 o Selo Pró Ética, outorgado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, pela 2ª vez consecutiva.

A Companhia, através de sua controladora integra o Grupo de Trabalho de Combate à Corrupção da Rede Brasil do Pacto Global da ONU.

A Neoenergia, controladora da Companhia, obteve em 2023 o Selo Pró Ética, outorgado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, pela 5ª vez consecutiva, além de ter renovada a sua certificação na Norma ISO 37001 (Gestão de Sistemas Antissuborno), com validade até dezembro de 2026.

O grupo ficou entre as empresas mais engajadas em inovação aberta no Brasil. A companhia conquistou o terceiro lugar, no segmento de energia elétrica e renováveis, e ficou entre as 50 melhores na oitava edição do Prêmio TOP 100 Open Corps.

A controladora Neoenergia foi uma das ganhadoras do Prêmio Eco 2023, promovido pela AMCHAM Brasil, um dos maiores reconhecimento de práticas empresariais de sustentabilidade. Foi concedido a Neoenergia o Troféu Ouro pelos projetos Corredor Verde, Trilha Verde e Caminhão Elétrico, do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de Mobilidade Elétrica da companhia.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Neoenergia ganhou o Troféu Transparência, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), pela qualidade e transparência das informações financeiras fornecidas ao mercado.

A Neoenergia passou a integrar o índice IDIVERSA B3, primeiro índice de diversidade da América Latina baseado em dois pilares: gênero e raça/cor. A carteira, lançada em agosto/23, é composta por 79 ações.